



**ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR**  
Vol. XVI (2015)


ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

***Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?***

Luís Filipe F. R. Thomaz 

---

**Como Citar | How to Cite**

Thomaz, Luís Filipe F. R. 2015. «Cristóvão *Colón*: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?». *Anais de História de Além-Mar* XVI: 483–542. <https://doi.org/10.57759/aham2015.36934>.

**Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

**Copyright**

© O(s) Autor(es), 2015. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2015. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

# Cristóvão *Colón*: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?

Luís Filipe F. R. Thomaz\*

*Anais de História de Além-Mar XVI* (2015): 483–542. ISSN 0874-9671

## Resumo

Recentemente tem sido muito propalada a ideia de que Cristóvão Colombo teria sido português, natural da vila de Cuba, e agente secreto de D. João II, aduzindo como prova sobretudo a toponímia das terras que descobriu. Na realidade, os topónimos que lhe têm sido atribuídos ou não são da sua autoria ou se justificam por razões que as fontes coevas nos explicam. Tampouco há razão para preferir o apelido *Colón* a *Colombo*, visto a documentação provar claramente que, sucessivamente, usou ambos. Quanto aos serviços a D. João II, prestou-lhe o pior que se poderia imaginar: desviar para o Atlântico, onde entravam facilmente em choque com os interesses portugueses as atenções de uma Espanha unificada voltada para o interior da Península, para o Magrebe e para o Mediterrâneo.

**Palavras-chave:** Antilhas, Cristóvão Colombo, Cuba, descobrimento da América, nacionalidade de Colombo.

## Abstract

The idea that Christopher Columbus would have been Portuguese, born in the town of Cuba, and a secret agent of King John II, has been much publicized in recent times, adducing as evidence above all the place-names given to the lands discovered. In fact, not only the toponymy is entirely of his authorship but it may be justified by reasons explained by coeval sources. Nor is there reason to prefer the surname *Colón* or *Columbus*, as the documents clearly prove that he used both. As for the services to King John II, Columbus would have completely deceived him by bringing the attention of Spain from the Iberian Peninsula, the Maghreb and the Mediterranean to the Atlantic against Portuguese interests.

**Keywords:** Antilles, Christopher Columbus, Cuba, discovery of America, Columbus' nationality.

\* Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa; Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores. E-mail: luisfilipethomaz@yahoo.com

## **Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?**

Luís Filipe F. R. Thomaz

*Se Colombo, tecelão e depois marinheiro, nasceu em Génova,  
o descobridor nasceu em Portugal.*

Carlos Malheiro Dias<sup>1</sup>

Nos últimos tempos, tem-se afirmado repetidamente que Cristóvão Colombo era português, natural da vila de Cuba, no Alentejo, e que, ao serviço de Castela, atuou como agente secreto del-rei D. João II. Foi até criado na vila de Cuba um Centro Cristóvão Colón, pois, como abaixo veremos, os partidários dessa fantasia sustentam que o verdadeiro sobrenome do descobridor da América era «Colón» e não «Colombo». Lisonjeira para o orgulho nacional português, a teoria tem recebido apoio de inúmeros historiadores desportivos, em geral muito atentos a pormenores secundários, mas quase sempre falhos de uma visão integrada da documentação existente e ignaros das regras de crítica externa e interna dos documentos impostas pela boa metodologia histórica. No campo da História, o mal dos amadores é, geralmente, fixarem-se num texto fora do seu contexto; a isso se junta muitas vezes a mania das cousas esotéricas, que os leva a perscrutar em não sei que arcanos a explicação dos factos mais elementares e a olhar a documentação que não se coaduna com as suas teorias como propositadamente redigida para despistar os vindouros.

Embora, quer em vida de Colombo, quer durante mais de século e meio após a sua morte, jamais a sua nacionalidade tenha sido posta em causa, não é esta a primeira vez que se emitem teorias fantasistas sobre as suas origens<sup>2</sup>. O primeiro a emiti-las foi aparentemente Charles Molloy, que em 1682, numa apostila marginal do seu *De Jure Maritimo et Navale*, afirma do navegador: *Born in England but resident at Genua*.

---

<sup>1</sup> «Introdução» in Carlos Malheiro DIAS *et. al*, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, 3 vols, Porto, 1921, vol. I, p. xcvi.

<sup>2</sup> Resumimos o que com maior desenvolvimento expõe Rinaldo Caddeo, no apêndice à sua edição da biografia de Colombo por seu filho: Don Fernando COLOMBO, *La vita e i viaggi do Cristoforo Colombo*, a cura di Rinaldo Caddeo, Milão, Fasani, 1945. Concebida para ser publicada simultaneamente em latim, italiano e castelhano, esta biografia apenas apareceu em versão italiana, publicada em Veneza em 1571. Versão castelhana do texto italiano: Hernando COLÓN, *Historia del Almirante* [doravante *H. A.*], edición de Luís Arranz, [3.<sup>a</sup> ed.], Crónicas de América, n.º 1, Madrid, Historia 16, 1985.

Seguiu-se-lhe, quinze anos mais tarde, o advogado francês Jean Colomb que, embora sem explicar por que elos intermédios, se proclamou descendente do descobridor da América, que seria por conseguinte francês. Esse suposto nexa apenas veio a ser explicitado em 1881, num anónimo *Livre Généalogique des Colomb*, publicado em Lille, que identificava a família do navegador genovês com a família Coulon, atestada em França desde o século XII, de que os vários ramos viveram em Bordéus, na Saboia e na Borgonha. Tal tese foi retomada no ano imediato pelo visconde Oscar de Poli, num livro intitulado *Les Colomb au service de la France*.

Entretanto o jurista americano de origem judaica Aaron Goodrich (1807–1887) avançara a ideia de que Colombo fosse grego, identificando-o com o corsário levantino Jorge Paleólogo Bissipat que, de facto, é designado em alguns documentos venezianos por «Colombo zovane». Frei Bartolomeu de las Casas<sup>3</sup> designa-o por «Columbo Junior» e Fernando Colombo, filho e biógrafo do navegador, por «Colombo giovane», dando-o como parente e companheiro de seu progenitor na batalha do Cabo S. Vicente, em que a frota genovesa em que navegavam foi atacada por corsários franceses, o que obrigou o futuro Almirante das Índias a salvar-se a nado e refugiar-se em Lisboa, onde sabia residir uma próspera colónia genovesa e onde se encontraria talvez já seu irmão Bartolomeu<sup>4</sup>. D. Fernando parece no entanto confundir a batalha naval de 13 de agosto de 1476 com a que se travou nove anos mais tarde, a 21 do mesmo mês, em que o tal «Colombo o Moço» ou Jorge Bissipat tomou parte, mas ao serviço da França, atacando quatro galeaças venezianas que regressavam da Flandres<sup>5</sup>; mas isso pouco significa pró ou contra a identificação proposta.

Aproximadamente na época em que Goodrich avançava com o seu Colombo grego, outros sugeriam que fosse suíço, cidadão de Genebra, ou,

<sup>3</sup> Fray Bartolomé de las CASAS, «Historia de las Indias», in *Obras Escogidas de...*, 5 vols., ed. de Juan Pérez de Tudela Bueso e Emilio López Oto, Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, Atlas, 1957–58, livro I, cap. iv.

<sup>4</sup> Tanto D. Hernando Colón como Las Casas referem apenas genericamente a presença de muitos genoveses em Lisboa, aos quais se teria juntado Colombo. Carlos Malheiro Dias (*op. cit.*, loc. cit. supra) especifica que se refugiou junto de seu irmão Bartolomeu, que já ao tempo exercia em Lisboa o mester de cartógrafo; baseou-se certamente em Antonio Gallo e no bispo Agostino Giustiniani, que, como veremos mais abaixo, assim o dão a entender.

<sup>5</sup> Nota de Luís Arranz à sua edição da *H. A.* (H. COLÓN, *op. cit.*, nota 15, pp. 59–60). Las Casas, que visivelmente se baseou no filho do Almirante, parece incorrer na mesma confusão. Não entraremos no problema, marginal para o nosso propósito, das relações entre estes Colombos e o nosso Cristóvão, sobre que se poderá ver o estudo de A. SALVAGNINI, «Cristoforo Colombo e i corsari Colombo suoi contemporanei» in *Raccolta de documenti e studi pubblicati dalla Reale Commissione Colombiana per quarto centenario della scoperta dell'America* [doravante *RC*, i. e., *Raccolta Colombiana*], 3 partes em 14 vols., Roma, 1892–96, parte II, vol. iii, pp. 129–77.

com mais verosimilhança, do Ticino, o único cantão suíço de língua italiana. Houve também quem o imaginasse polaco, filho del-rei Ladislau IV Jagelão (r. 1434–44), que na realidade morrera em combate contra os turcos na batalha de Varna, sete anos antes da data provável do nascimento de Cristóvão. Ainda ninguém se lembrou de tirar argumento do facto de a capital de Ceilão se chamar Colombo para afirmar que o descobridor da América era, afinal de contas, cingalês...

Deixando para daqui a pouco as encarnações portuguesas de Colombo, registemos desde já as teorias que o pintam de espanhol: Pascual Madoz (1806–1870) sugeriu que fosse oriundo de Plasencia (na Extremadura espanhola, um pouco ao norte de Cáceres) e não de Placência ou Piacenza na Lombardia onde, como veremos, D. Hernando Colón colocava as origens da família; a teoria foi retomada por outros escritores que o identificaram ou com um tal Alonso de Monroy, natural de Plasencia, ou com um Cristóbal Sanchez, de Oliva de la Frontera ou Oliva de Jerez, na província de Badajoz. Em 1898 D. Celso García de la Riega, com base em documentos que falsificou — o que acarretou um desmentido formal da Real Academia de la Historia —, dizia-o nativo de Pontevedra, na Galiza, ao passo que o peruano domiciliado em Barcelona Luís de Ulloa Cisneros (1869–1936) o considerava catalão, identificando-o ao mesmo tempo com Colombo o Moço, com Juan Scolvus<sup>6</sup> e com Alonso Sánchez<sup>7</sup>, que mais não seriam do que os nomes que sucessivamente haveria tomado<sup>8</sup>. Esta derradeira teoria foi precisada por R. Carreras Valls (1881–1937)<sup>9</sup>, que concluiu ser o descobridor nativo de Tortosa.

Restam-nos examinar as teorias do Colombo português. Por razões óbvias, fá-lo-emos com maior detença.

Tanto quanto sabemos, a primeira foi emitida em 1928 por Pestana Júnior, que identificou o descobridor da América com um tal Simão Palha<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> João Scolvus (também designado por Scolnus ou Skolny), ao que parece polaco, foi o piloto da expedição enviada por Cristiano I da Dinamarca à Islândia em 1476.

<sup>7</sup> Alonso Sánchez de Huelva teria, no decurso de uma viagem entre as Canárias e a Madeira c. 1484, sido arrastado por uma tempestade para as Antilhas, de onde teria depois logrado atingir Porto Santo, dando então parte da sua aventura a Colombo. A história é reportada pelo Inca Garcilaso de la Vega (1539–1616) nos seus *Comentarios Reales de los Incas*, livro I, cap. iii (*vide* Pe. Carmelo Saenz de SANTA MARÍA, S. I., *Obras Completas del Inca Garcilaso de la Vega*, 4 vols., Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, Atlas, 1960–65). Tanto D. Fernando Colombo (*H. A.*, cap. ix) como LAS CASAS (*op. cit.*, I, xiii) referem histórias parecidas, que teriam inspirado Colombo, sem contudo as atribuírem ao piloto de Huelva.

<sup>8</sup> Lluís ULLOA, *Cristòfor Colom fou Català: la veritable gènesi del descobriment*, Barcelona, Llibreria Catalonia, 1927, livro que apareceu no mesmo ano também em castelhano e em francês.

<sup>9</sup> R. Carreras VALLS, *La descoberta d'America*, Reus, 1929.

<sup>10</sup> PESTANA JÚNIOR, D. *Cristóval Colom ou Symam Palha na História e na Cabala*, Lisboa, 1928.

Conquanto aqui e ali faça o autor algumas observações lúcidas, não é em geral fácil seguir o seu raciocínio, devido, por um lado ao estilo retórico, farfalhado e cheio de alusões e subentendidos que adopta e, por outro, à facilidade com que salta da matemática para a genealogia e da linguística para a heráldica. No seu livro, que se compõe de 129 páginas de texto precedidas de uma longa introdução, numerada em romano, de I a CLXXV, começa por explicar matematicamente que Colombo estava certamente na posse de segredos náuticos portugueses, o que só por si indiciava que tivesse actuado como agente secreto do *Príncipe Perfeito*. Passa em seguida à decifração da célebre assinatura do Almirante, em que, contra toda a expectativa, lê o nome de Simão Palha, que identifica com o filho de João Palha, um dos homens de confiança do futuro D. João II que em 1478 assassinaram Lopo Vaz de Castelbranco, *o Torrão*, alcaide-mor de Moura, que, mancomunado com Fernando, *o Católico*, se sublevara e se autoproclamara Conde de Moura; esse episódio é histórico, referido nas crónicas de Garcia de Resende<sup>11</sup> e de Damião de Góis<sup>12</sup>. Se bem entendemos, a chave da identificação forneceu-lha a forma *Colomo* — de que abaixo damos uma explicação linguística que se nos afigura razoável — por que o descobridor é designado nos mais antigos documentos que se lhe referem em Castela. A sua prosódia correcta seria *Côlomo* e não *Colômo*; ora *côlomo* = *colmo* = *palha*. Por outro lado, o nome de baptismo de Colombo é, na versão latina que sempre usa, *Christoferens*, grafado *Xpo ferens* e cercado de várias cruces. Ora *Christo ferens cruce* significa «levando a Cristo a cruz» (o que, embora o dativo ético seja aceitável, melhor se diria *Christi ferens cruce*); de qualquer modo, no genitivo ou no dativo, fê-lo Simão Cireneu. Daí se deduziria que o verdadeiro nome de baptismo do nosso herói seria na realidade Simão. Obtemos, por conseguinte, Simão Palha, ou, com o apelido do costado materno, Simão Moniz. Com as letras que cercam o seu âmago, *Xpofere*, o conjunto da assinatura ler-se-ia, pois, assim: *A mi, Symam Mys [= Moniz] xamays assy: Xpo Ferens* — o que, digamos de passagem, é foneticamente impossível, já que a confusão entre *z*, pré-dorso-alveolar, e *s*, apical, apenas se começou a esboçar no século XVI, e a homofonia entre *ch*, africado, e *x*, chiante palatal, no século XVIII. Quanto ao piloto da expedição dinamarquesa à Islândia, Scolvus, chamar-se-ia na realidade *Colmus* (devendo-se o *s*- inicial a influência

<sup>11</sup> Garcia de RESENDE, «Vida e Feitos del Rei D. João II», in Evelina Verdelho, *Livro das Obras de Garcia de Resende*, ed. crítica de..., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, cap. XX.

<sup>12</sup> Graça Almeida RODRIGUES, *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, edição crítica e comentada, Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais, Lisboa, 1977, cap. XCCVIII, pp. 202–3.

da fonética eslava) e seria nem mais nem menos que João Palha, o pai de Simão. Os nobiliários registam de facto o último como filho de João Palha de Almeida, alcaide-mor de Fronteira, e de sua esposa D. Brites Rabelo ou Varela<sup>13</sup>, mas pouco se sabe dele; o autor aduz-lhe várias referências que não nos interessa esmiuçar, pois nada têm que ver com a personalidade de que aqui nos ocupamos. Basta registar o que o autor pensa da metodologia histórica: «Quem chegar até aqui na leitura desta obra tem firmada a certeza de que à *História* menos importa a rebusca de documentos, aliás necessária, do que a posse dum processo de crítica onde a lógica não falhe»<sup>14</sup>. O seu pensamento aproxima-se assim do de Berkeley ou do da escola budista chamada *Yogâcâra*, de que foram principais mestres Ásvaghoça, no século I, e Asanga, no século IV, que tinham o pensamento por mais real do que a realidade, o que autorizaria a inventar a História em vez de pacientemente a descobrir...

A Pestana Júnior seguiram-se, dois anos mais tarde, Santos Ferreira e Ferreira de Serpa<sup>15</sup>, que avançaram a ideia de que Cristóvão Colombo seria na realidade português, não identificável com Simão Palha, mas com o fruto dos amores do infante D. Fernando, irmão del-rei D. Afonso V e pai de D. Manuel, com uma filha de João Gonçalves Zarco ou da Câmara, donatário do Funchal; para evitar o escândalo, esta teria ido desovar a Génova, onde o menino teria em seguida sido criado como filho por Susana Fontanarrossa e Domenico Colombo, que assim seriam apenas seus pais adoptivos.

Como prova da maternidade de Colombo apresentou Santos Ferreira o *Theatro Genealogico, que contem as Arvores de Costados das principais Familias do Reyno de Portugal e suas Conquistas*, de Manuel Carvalho de Ataíde, pai do futuro Marquês de Pombal, publicado em 1692, em Nápoles, sob o pseudónimo de Prior D. Teusco de Nasao, Zarco y Colona<sup>16</sup>. É neste pseudónimo que residiria a chave do mistério de Colombo. Seria na realidade, contra todas as aparências, redigido em escrita hebraica, embora disfarçada de latina, e nele se leria não o verdadeiro nome e a ascendência do autor da obra, como se poderia imaginar, mas os de Cristóvão Colombo: Salvador Gonsalves Zarco. Cristóvão Colombo seria um nome suposto, quiçá assumido por

<sup>13</sup> Manuel José da Costa Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo XXIV, p. 154 [reimp.: ed. Carvalhos de Basto, Braga, 1992, vol. VIII, p. 588]; Cristóvão Alão de MORAES, *Pedatura Lusitana*, [Nova edição reformulada], 6 vols., Braga, Ed. de Carvalhos de Basto, 1997–98, vol. III, p. 103.

<sup>14</sup> M. J. da C. F. GAYO, op. cit., «Introdução», p. CXLI.

<sup>15</sup> G. L. dos Santos FERREIRA e António Ferreira de SERPA, *Salvador Gonçalves Zarco (Cristóbal Colón)*, Lisboa, 1930.

<sup>16</sup> Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica*, 4 vols., Lisboa, 1741–1759 [reimp. Atlântida Editora, Coimbra, 1965–1967] s. v. «Manuel Carvalho de Ataíde».

um criminoso regenerado que quisesse esconder a sua identidade, que tanto D. João II como os Reis Católicos teriam interesse em manter oculta para defender a honra da família. Na assinatura de Cristóvão Colombo (de que num instante voltaremos a falar) o derradeiro sinal é *.I*, que se pode interpretar como um ponto e vírgula, sinal a que os antigos gramáticos chamavam *cólon*. Portanto, abstraindo do acento, *Xpofereus .I* equivale a *Xp<sup>o</sup> Colón*. Mas *zarco* [ ~ ] é um sinal de pontuação na escrita hebraica, que corresponde ao ponto e vírgula. Logo, *.I* = ~ = zarco. Por outro lado, *Xpofereus* [*i. e.*, «portador de Cristo»] equivale a Salvador. E como o resto da assinatura se pode interpretar *Christo Salvo*, *Maria Salva* e *Joseph Salvo*, pondo o termo *salvo* em evidência, obtemos *Xp<sup>o</sup>*, *M<sup>a</sup>* e *J. consalvois*, o que equivale a *Gonçalves*. Portanto, é bem de ver, Salvador Gonçalves Zarco — segredo oculto durante dois séculos, até vir finalmente a ser revelado pelo pseudónimo do pai de Marquês de Pombal, cuja relação com Colombo é evidente!

Embora o nexa entre Valentim Fernandes ou Marco Paulo e Gonçalves Zarco não seja mais óbvio, a confirmação desta teoria achar-se-ia no cólofon no *Livro de Marco Paulo* impresso em Lisboa por Valentim Fernandes em 1502: aí, nas palavras do autor,

Salvador Gonsalves começou por escrever o seu nome em hebraico, יושו ; substituiu depois cada uma destas quatro letras por outra que lhe correspondesse no cursivo grego (*iota*, *sigma*, *úpsilon*, *ómega*), obtendo Ιϰωω. Substituiu em seguida cada uma das letras do cursivo grego pelo que lhe correspondia — quanto à forma — entre as capitais dos alfabetos modernos, e assim obteve ISVW como se vê no listel. O quinto sinal não é uma letra, é uma associação de elementos heterógenos: representa a letra *ksi* [Ξ] voltada [*i. e.*, de lado: Π], cujas hastes laterais foram unidas por um traço horizontal, contendo um arco. Esta híbrida associação dava a ideia do apelido Zarco.

Quanto à paternidade de Colombo, apresentou Ferreira de Serpa como sua prova apenas os factos de o infante ser dado às damas e o de Colombo ter o hábito de jurar por S. Fernando<sup>17</sup> e ter dado o nome de Fernando ao filho de sua união com Beatriz Enríquez de Arana (e porque não ao seu filho legítimo e primogénito, D. Diego?). Como contraprova, é-nos apresentado o facto de que, em 1452, o sobredito infante — pretextando ir encontrar-se em Nápoles com Afonso V de Aragão (r. 1416–58), seu tio materno, para o persuadir a adoptá-lo como herdeiro de seu trono, pois não tinha filhos<sup>18</sup> —

<sup>17</sup> F. B. de LAS CASAS, op. cit., I, ii.

<sup>18</sup> Sobre o infante D. Fernando, *vide* D. António Caetano de SOUSA, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, Lisboa, 1736 [reimp. Liv<sup>a</sup> Atlântida, Coimbra, 1946], livro III, cap. IX, pp. 283–312.



tentou fazer uma viagem a Itália, que seu irmão D. Afonso V (r. 1438–81) impediu, mandando-o interceptar no Estreito de Gibraltar e obrigando-o a desistir quer da sua vilegiatura italiana quer das suas veleidades de cruzada marroquina. Para os autores do livro, a viagem tinha, *evidentemente*, o fito de ir a Génova encontrar-se com a sua amante, já aí refugiada, e por isso a impediu El-Rei... Não lhes ocorreu a explicação mais óbvia: D. Fernando era ainda o herdeiro do trono português; como tal fora jurado em 1438, e sê-lo-ia até 1455, data do nascimento de seu sobrinho, o futuro D. João II, pelo que não era aconselhável que migrasse para os domínios da Coroa de Aragão, nem que pusesse a vida em risco em almogavarias no Magrebe.

De notar que, aparentemente para reforçar a identificação de Colombo com o tal hipotético filho de D. Fernando, os autores incluem no seu livro uma estampa a cores com o brasão de Colombo, alterado a seu talante. Sabemos, com efeito, que por provisão de 20 de maio de 1493<sup>19</sup>, os Reis Católicos lhe haviam concedido que acrescentasse às armas que, não sabemos desde quando, já usava os símbolos de Castela e Leão:

[...] un castillo e un león, que Nos vos damos por armas, conviene a saber: el castillo de color dorado en campo verde, en el cuadro del escudo de vuestras armas en lo alto, a la mano derecha, y en el outro cuadro alto, a la mano izquierda, un león de púrpura en campo blanco rampando de verde, y en el otro cuadro bajo a la mano derecha unas islas doradas en ondas de mar, y en el otro cuadro bajo, a la mano izquierda, las armas vuestras que solíades tener.

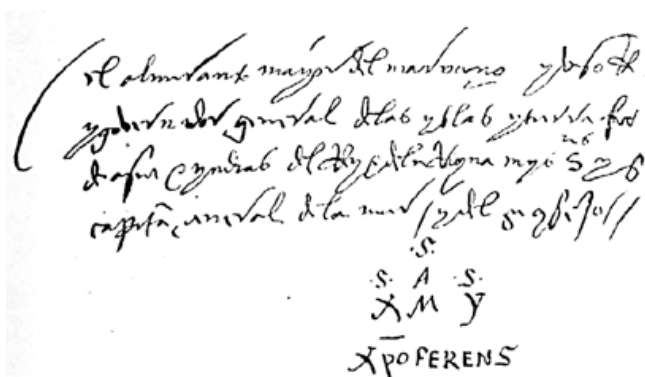
Nas armas do reino o castelo aparece em campo de goles, ou seja, vermelho, e o leão, em campo de prata, mas a alusão a *Castilla y León* é manifesta. Parece que em 1502 o Almirante decidiu substituir no derradeiro quartel do escudo por cinco âncoras douradas, dispostas em aspa ou sautor, em campo azul, «as armas que soía usar», que, segundo uma gravura reproduzida por Harisse<sup>20</sup>, eram uma banda azul em campo de ouro com chefe de goles. Ora, na gravura que orna o seu livro, Santos Ferreira substituiu as âncoras por besantes, tornando assim o último quartel do escudo idêntico a uma das quinas de Portugal — o que, obviamente, sugere desde logo a sua ligação à Casa Real portuguesa, *quod erat demonstrandum*... Ora, as cinco âncoras

<sup>19</sup> Martín Fernández de NAVARRETE, *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*, (Obras de D. Martín Fernández de Navarrete, edición y estudio preliminar de D. Carlos Seco Serrano), 3 vols., Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, Ediciones Atlas, 1954–1964, vol. I, doc. XX, pp. 320–1.

<sup>20</sup> Henry HARISSÉ, *Christophe Colomb — Ses origines, sa vie, ses voyages, sa famille et ses descendants*, 2 vols., Paris, 1884, vol. I, pp. 37–8. Cf. Gonzalo Fernández de Oviedo y VALDÉS, *Historia General y Natural de Indias*, 5 vols., ed. y estudio preliminar de Juan Pérez de Tudela Bueso, Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, Atlas, 1959–92, liv. II, cap. I, vol. I, pp. 14.

douradas em campo azul parecem representar, muito simplesmente, uma adaptação das armas dos Monizes, família a que, como é bem sabido, pertencia a mulher de Colombo: cinco estrelas de ouro, dispostas em sautor, em campo azul.

A identificação de Cristóvão Colombo com o suposto fruto dos amores de D. Fernando com a filha de Gonçalves Zarco foi em 1988 retomada por Mascarenhas Barreto<sup>21</sup>, que invocou em seu apoio novos argumentos, que merecem discussão, introduzindo-lhe, contudo, uma nova interpretação que roça pelo absurdo: imaginou o autor que, embora filho do infante D. Fernando e da filha de Gonçalves Zarco, Cristóvão Colombo, ou melhor, Salvador Gonçalves Zarco, teria nascido na vila alentejana de Cuba e aí sido educado; aí estaria a razão por que teria dado o nome de Cuba à ilha de Fidel Castro e nomes de vilarejos vizinhos a diversos lugares que explorou nas Antilhas e na Terra Firme. Na hipótese dos dois investigadores precedentes, entre nascer e vir para Portugal, Colombo teria vivido em Génova com os seus pais adoptivos; seria possível. Na de Mascarenhas Barreto é um mistério: dir-se-ia que, parido em Cuba, foi escondido sob a camilha da braseira e aí passou vinte ou trinta anos, até ter idade para ser usado como espião — o que explicaria suficientemente que nenhuma crónica ou documento de arquivo aluda, sequer ao de leve, à existência do bastardinho ducal... Mas nesse caso, que fazer de seus irmãos: eram também bastardos de D. Fernando? Ou filhos de Domenico Colombo? Mas então como aparecem a seu lado em Espanha, senão já em Portugal? E como aceitam todos essa relação fraterna?



The image shows a handwritten signature in a historical document, which is a reproduction of the signature of Christopher Columbus. The signature is written in a cursive script and is surrounded by a large, decorative flourish. Below the signature, the name 'XPO FERENS' is written in a stylized, blocky font. The signature is a reproduction of the original signature found in a document from 1493.

1 A assinatura de Colombo, perfeitamente idêntica em todos os documentos por ele firmados em Espanha, o mais antigo dos quais, a carta a Rodrigo de Escobedo, data de 4 de janeiro de 1493.

<sup>21</sup> Mascarenhas BARRETO, *O Português Cristóvão Colombo, agente secreto do rei D. João II*, Amadora, Referendo, 1988. A sua hipótese foi amplamente debatida e, a meu ver, cabalmente rebatida por Luís de ALBUQUERQUE, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Documenta Histórica, 1990.

A interpretação proposta por Mascarenhas Barreto baseia-se na decifração que diz ter feito da curiosa sigla usada como assinatura por Colombo. Segundo ele, seria em caracteres hebraicos, a que, para mais, seria necessário atribuir o significado esotérico que lhes dá a Cabala. Como o próprio leitor pode verificar pelo fac-símile que anexamos, o que qualquer pessoa não analfabeta lá vê são caracteres latinos, idênticos aos de milhares de manuscritos da mesma época que se acham nos arquivos. A única dificuldade reside em determinar o significado das abreviaturas, que formam uma espécie de anagrama. Eduardo Alexandre Borges Nunes, exímio paleógrafo e professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, decifrou-as de forma inteiramente satisfatória<sup>22</sup>, guiando-se pela explicação que o próprio Cristóvão Colombo nos deixou no instrumento notarial de 22 de fevereiro de 1498 por que instituiu na sua família um morgadio: há que lê-la não linearmente, de cima para baixo, mas como uma série de abreviaturas, em que as letras da base são as iniciais e as que figuram em expoente as finais de cada termo. Colombo descreve assim o sinal de que usava: *una .X. con una .A. encima, y encima d'ella una .S. y después una .Y. greca con una .S. encima, com sus rayas y bîrgulas*<sup>23</sup>. Trata-se, pois, de um anagrama de *Ys* (*Yesus*), *Xs* (*Xpistus*, ou seja, *Christus*)<sup>24</sup>, e *SA* (*Sancta Maria*), simbolicamente dispostos de modo a formar uma cruz, como o autor do artigo nele explica em mais detalhe. Esta interpretação condiz inteiramente com o que da religiosidade de seu pai diz Fernando Colombo: *se alcuna cosa aveva da scrivere non provava la penna senza prima scrivere queste parole: «IESUS cum MARIA sit nobis in via»*.

Embora nem sempre seja fácil singrar nas páginas de uma obra em que se acumulam em grande promiscuidade todos os tipos de informação — nem sempre correcta, invocando-se, por exemplo, o testemunho de Próspero Peragallo, que viveu de 1832 a 1916, como se fosse contemporâneo de Colombo —, quer-nos parecer que, além desta suposta decifração da sigla

<sup>22</sup> Eduardo Borges NUNES, «Há Ler e Ler, 2. Mais uma assinatura falsa de Cristóvão Colombo, 3. Uma leitura mais “verdadeira” do criptograma colombino», *Separata de Brotéria*, n.º 137, 1993.

<sup>23</sup> Consuelo VARELA, *Cristóbal Colón: textos y documentos completos*, prólogo y notas de..., [2.ª ed.], Alianza Editorial, 1982, doc. XIX, p. 193. Embora se conserve a autorização dos Reis Católicos para que Colombo constitua um morgadio, datada de 23 de abril de 1497 (cf. M. F. de NAVARRETE, op. cit., vol. I, p. 418) perdeu-se o original da escritura da sua constituição, conhecendo-se apenas a transcrição que consta dos *Pleitos Colombinos* — o que não significa, naturalmente, que seja falsa.

<sup>24</sup> Como é do conhecimento de qualquer aluno de paleografia *xpo* ou *xpto*, abreviação do grego *Χριστός*, é na época a forma usual de abreviar, tanto em latim como em romance, o termo *Cristo* e seus derivados como *xpão*, «cristão», *Xpavam*, «Cristovam», etc. É sobretudo frequente na datação de documentos: «anno do nacimiento de Nosso Senhor Jesu Xpo de...»

colombina, a única coisa que o livro de Mascarenhas Barreto apresenta de novo é o argumento que procura tirar da toponímia usada pelo descobridor para as suas descobertas. Analisá-la-emos mais abaixo.

### **Cristóvão Colombo genovês**

Foi a obra de Mascarenhas Barreto que desencadeou em Portugal a torrente de especulações e fantasias a que aludimos ao princípio, já que as obras de Pestana Júnior e Ferreira de Serpa não tinham tido grande impacto; será, por isso, sobre ela que incidirá a nossa análise crítica<sup>25</sup>.

Antes, porém, que nela entremos convém frisar que o Cristóvão Colombo genovês é uma figura histórica, cuja existência é atestada por documentos de insofismável autenticidade, dos quais os mais antigos datam de 1470<sup>26</sup>. A sua juventude não é mais misteriosa do que a de qualquer outro descobridor do século xv, como Diogo Cão, Bartolomeu Dias ou mesmo Vasco da Gama. Se se ignora a data exata do seu nascimento — que, segundo documentos que firmou e em que deixou exarada a sua idade, se deu entre 25 de agosto e 31 de outubro de 1451 —, o mesmo se passa com a esmagadora maioria dos seus contemporâneos, visto os registos paroquiais apenas terem sido tornados obrigatórios pelo Concílio de Trento (1545–63). É por isso que, embora se saiba que era cidadão da República de Génova, não se sabe ao certo se nasceu na própria cidade, se em Savona, se noutra qualquer localidade da Ligúria<sup>27</sup>. Provavelmente nasceu em Génova, porque seu pai

<sup>25</sup> O nosso intuito é apenas o de responder aos argumentos que têm sido avançados em abono do Colombo português, não o de traçar uma biografia do Almirante. Para esse fim, além da obra clássica de Henry Harisse citada acima, pode ver-se a volumosa obra de Juan Gil, *Columbiana. Estudios sobre Cristóbal Colón*, 1984–2006, Santo Domingo, Academia Dominicana de la Historia, 2007, que, embora se apresente como uma colectânea de artigos, constitui de facto uma verdadeira biografia do descobridor. Como iniciação podem ver-se obras mais breves, como Charles VERLINDEN, *Christophe Colomb*, Paris, Presses Universitaires de France (Collection «Que sais-je?», n.º 1457), 1972, ou Samuel Eliot MORISON, *Cristóvão Colombo, Almirante do Mar-Oceano*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1962.

<sup>26</sup> Ato notarial de Génova, 22 de setembro de 1470, pelo qual Domenico Colombo e seus filhos Cristoforo e Girolamo del Porto, prometem pagar a Giovanni Agostino Goano o que for arbitrado por sentença, Archivio Notarile di Stato, Génova [ANG], *Atti del notaro Giacomo Cakvi*, filza 3, n.º 370, in A. SALVAGNINI, op. cit., p. II, vol. I, doc. xxviii; sentença arbitral de 28 de setembro de 1470, condenando-os ao pagamento de 35 libras, ANG, *Atti dei notari Giacomo e Giovanni Cakvi*, filza 2, n.º 73, in *ibidem*, doc. xxxi; e Ato notarial de 31 de outubro de 1470, pelo qual Cristóvão Colombo, de 19 anos de idade, autorizado por seu pai Domenico Colombo, se declara devedor de 48 libras genovesas a Pietro Ballesio, que lhe fornecera vinho: ANG, *Atti del notaro Nicoló Raggio*, filza 2, a.º 1470, n.º 905; in *ibidem*, doc. xxxiv.

<sup>27</sup> *Fué natural de la provincia de Liguria, que es en Italia, en la cual cae la cibdad e señoría de Génova: unos dicen que de Saona, e otros que de un pequeno lugar o villaje, dicho Nervi, que es en la parte del Levante y en la costa de la mar, a dos léguas de la misma cibdad de Génova; y por más cierto se tiene que fué natural de un lugar dicho Cugurei*, G. F. de OVIEDO Y VALDÉS, I, ii (datável de 1535).

era ao tempo guarda da Porta dell' Olivella (cargo que exerceu desde 4 de fevereiro de 1447 até finais de 1448 e, de novo, desde outubro de 1450 até ao final de novembro do ano seguinte); isso implicava que habitasse nas cercanias, por certo com sua mulher e filhos que fossem nascendo.

O que deu lugar às especulações que sobre a juventude de Cristóvão Colombo se têm feito foi a aura de mistério de que, talvez já o próprio navegador mas pelo menos seu filho e biógrafo, Don Hernando Colón, tentou cercar as origens da família. Cristóvão Colombo tinha veleidades nobiliárias e pretendia que, em troca do descobrimento que se oferecia para fazer, D. João II entre outras *mercedes, dignidad y preeminências*, como diz Las Casas<sup>28</sup>, lhe conferisse o título de *dom*.

Quanto a seu filho e biógrafo, não é totalmente impossível que, como foi já aventado mas jamais provado, tenha feito um certo mistério em torno do seu progenitor porque este fosse de cepa judaica, o que na Espanha dos Reis Católicos não seria, certamente, um grande cartão de apresentação. A talho de fouce, não é despropositado notar que em Portugal era um pouco diferente, pois estavam ainda em vigor as *Ordenações Afonsinas*, que dedicam toda uma secção ao direito dos hebreus<sup>29</sup>. Ao lado do islamismo, o judaísmo era, pois, ainda autorizado, e D. João II tinha bons colaboradores judeus — como o seu médico, Mestre José Vizinho, a que Colombo se refere num escólio que apôs ao seu exemplar da *Historia Rerum ubique gestarum*<sup>30</sup> de Eneias Sívio Piccolomini, futuro papa Pio II:

[Rex] Portugalie misit in Guinea anno Domini 1485 magister Ihosepius [*i. e.*, Mestre José Vizinho], fixicus eius et astrologus [ad comperiendum] altitudinem solis in totta Guinea. Qui omnia adinpleuit et renunciauit dito serenissimo rege, me presente, quod [...] is in die XI Marcii inuenit se distare ab equinoxiale gradus V<sup>31</sup>[...]

*Me presente* parece referir-se a *renunciauit dito serenissimo regi* e não implicar, por conseguinte, que Colombo tenha acompanhado Mestre José à Mina; mas esse pormenor da biografia do descobridor pouco nos interessa aqui. Se lhe aludimos, é apenas para lembrar que não se deve fazer cavalo de batalha das origens judaicas de Colombo, que, além de meramente hipotéticas,

<sup>28</sup> LAS CASAS, I, xxviii.

<sup>29</sup> Livro II, títulos lxvi–lxxxviii; cf. livro V, tit. xv–xxvi; vide *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, 5 vols., Coimbra, 1786 [reimp.: Mário Júlio de Almeida Costa & Eduardo Borges Nunes (ed.), *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984].

<sup>30</sup> Conservado na Biblioteca Colombina, Sevilha, cod. 3.123.

<sup>31</sup> C. VARELA, op. cit., doc. I c, p. 11. A latitude do castelo de S. Jorge da Mina é efetivamente 5° 10' N.

não teriam na corte de D. João II as mesmas implicações que na corte dos Reis Católicos ou na de D. João III.

Independentemente disso, compreende-se que Fernando Colombo tenha deixado pairar uma névoa de mistério em torno dos primórdios de seu pai, simplesmente porque este era de origem modesta, filho de artesãos, embora de certas posses.

De facto, Domenico Colombo, o pai do descobridor, tecelão como seu pai e seu sogro, não era um simples mesteiral, «um cardador de lã», como despiçientemente lhe chamam Ferreira de Serpa e Mascarenhas Barreto, mas um mestre da corporação dos tecelões de Génova, habilitado a tecer seda, e, por conseguinte, pessoa de certo *status* social. Em 1439 era já mestre do seu ofício e recebia *pro famulo et discipulo suo*, ou seja, como servidor e aprendiz, um tal António, filho de Luís de Laverono de Ponte Cicanie, de doze anos de idade<sup>32</sup>. Em 1470, ao lado de António Garibaldo, age como representante da corporação dos tecelões de Génova em Savona, celebrando uma convenção com o cônsul dos laneiros desta cidade<sup>33</sup>. Em 1474, já estabelecido em Savona, faz parte dos notáveis da corporação que aprovam uma tabela de salários para os seus trabalhadores<sup>34</sup>. Era proprietário de vários terrenos e casas e, embora contraindo uma vez uma dívida que o levaria momentaneamente à prisão<sup>35</sup>, praticou numerosas transacções: em 1440 tomou de enfiteuse ao mosteiro de Santo Estêvão de Génova um terreno para erguer nele uma casa<sup>36</sup> e onze anos mais tarde, meses antes do nascimento de Cristóvão, comprou por 50 libras de Génova<sup>37</sup> a Paolino di Moconesi di Monteghirfo um terreno com

<sup>32</sup> Ato notarial de 1 de abril de 1439, ANG, *Atti del Notaro Benedetto Peloso*, filza I, n.º 96, in A. SALVAGNINI, *op. cit.*, p. II, vol. I, doc. ii.

<sup>33</sup> Ato notarial de 13 de março de 1470, ANG, *Atti del notaro Paolo Recco*, filza 9.<sup>a</sup>; in *ibidem*, doc. xxvii.

<sup>34</sup> Ato notarial de 7 de dezembro de 1474, Archivio Notarile di Savona [ANS], *Atti del notaro Ludovico Moreno*, a. 1473–74, bastardello 922–27, c. 283 A; in *ibidem*, doc. lx.

<sup>35</sup> Foi preso por ordem do *podestá* de Génova, mas solto logo a seguir (a 22 de setembro 1470 às 11 horas da noite) pelo juiz dos malefícios da cidade, embora com a obrigação de se apresentar cada vez que fosse convocado. A sentença, condenando-o, como dissemos acima, a pagar no prazo de um ano 35 libras a Giovanni Agostino Goano, foi proferida uma semana depois, a 29 de setembro (Cf. L. T. BELGRANO e M. STAGLIENO, «Prefácio» ao vol. I da p. II de A. SALVAGNINI, *op. cit.*, p. 25). Este episódio reveste um certo interesse histórico, pois é no seu contexto que pela primeira vez aparece um documento firmado por Cristóvão Colombo.

<sup>36</sup> Ato notarial de 6 de setembro de 1440, Biblioteca Vaticana, cod. 9452, p. II, c. 3 A; in *ibidem*, doc. iii, p. 85.

<sup>37</sup> Ato notarial de 26 de março de 1451, ANG, *Atti del notaro Giacomo Bonvino*, filza 2.<sup>a</sup>, n.º 168; in *ibidem*, doc. xi. A libra de prata de Génova pesava em finais do século xv c. 13 gramas; 50 libras equivaliam assim a 650 gramas de prata. Como ao tempo, em relação ao ouro, a prata valia cerca de cinco a seis vezes mais do que hoje vale, a quantia representava mais do que hoje representaria. A causa da desvalorização da prata a partir de meados do século xvi foi, indiretamente, a viagem de Colombo, que descobriu a América onde abundavam as minas desse metal.

oliveiras, figueiras e outras árvores, que imediatamente arrendou ao vendedor por três libras anuais<sup>38</sup>. Em 1455 tomou de enfiteuse ao mosteiro de Santo Estêvão uma casa no Borgo Santo Stefano<sup>39</sup>. Em 1470 possuía uma taberna em Savona, pois num ato notarial de 2 de março<sup>40</sup> é classificado como «civis Ianue [...], textor pannorum et tabernarius». Deixando de lado os documentos referentes a meras compras de lã para a sua arte, topamos com novas escrituras de compra e venda ou aforamento de imóveis, em seu nome ou no de Susanna Fontanarossa, sua esposa, em 1470<sup>41</sup>, 1471<sup>42</sup>, 1473<sup>43</sup>, 1474<sup>44</sup> e 1477<sup>45</sup>.

Seja como for, Domenico Colombo e seus filhos não eram nobres. Ora Don Hernando fora a alma dos *pleitos colombinos*<sup>46</sup>, a longa acção movida pela família Colón contra a Coroa, por incumprimento das promessas feitas ao descobridor nas *Capitulações de Santa Fé*<sup>47</sup>, em cujos termos seria a título hereditário almirante e vice-rei das Índias; a demanda principal arrastou-se nos tribunais de 1508 a 1527, mas houve resíduos que só vieram a ser resolvidos pelas sentenças de Dueñas, em 1534, e de Madrid, em 1535. Como estas não contentaram nenhuma das partes, decidiram ambas sujeitar-se a um *laudo arbitral* que foi dado em Valladolid em 1536<sup>48</sup>. Este, conquanto

<sup>38</sup> Ato notarial de 18 de janeiro de 1455, Biblioteca Vaticana, cod. 9452, p. II, c. 4 A; *ibidem*, doc. xv.

<sup>39</sup> Ato notarial de 18 de janeiro de 1455, Biblioteca Vaticana, cod. 9452, p. II, c. 4 A; *ibidem*, doc. xv.

<sup>40</sup> ANS, *Atti del notaro Giovanni Gallo*, a. 1468–70, cartulário 408–11, c. 42 B; *ibidem*, doc. xxvi.

<sup>41</sup> Ato notarial de 24 de setembro de 1470, ANG, *Atti del notaro Francesco Camogli*; *ibidem*, doc. xxx.

<sup>42</sup> Ato notarial de 25 de junho de 1471, ANG, *ibidem*, filza 3, n.º 157; *ibidem*, doc. xxxviii.

<sup>43</sup> Ato notarial de 7 de agosto de 1473, ANS, *Atti del notaro Pietro Corsaro*, a. 1473, filza 288, n.º 27; in *ibidem*, doc. li

<sup>44</sup> Aforamento de uma terra de Bartolomeo Viano, cónego de Savona, a 19 de agosto de 1474, Arquivo Capítular da Catedral de Savona, *Libro delle prebende canonicali*, cartaceo del s. xv, c. 217 A; in *ibidem*, doc. lvii. Compra de dois terrenos em Legine, Valcalda (Savona), Ato notarial da mesma data, transcrito in *Annotationes Ivlii Salinerii Ivreconsel. Savonensis ad Cornelium Tacitum*, Génova, 1602, p. 342 (por seu turno transcrito in A. SALVAGNINI, op. cit., p. II, vol. I, doc. lvi). Giulio Salinero era um juríconsulto lígure, que no seu comentário a Tácito, a propósito da expressão *hinc auctus Oceanus* («acrescido daqui o oceano...»), usada pelo autor latino (*De vita Iulii Agricola*, cap. xxv), insere no seu texto (pp. 331–59) uma longa dissertação sobre Colombo, em que transcreve 12 documentos sobre a sua família.

<sup>45</sup> Ato notarial de Savona, 23 de janeiro de 1477, ANS, *Atti del notaro Giovanni Gallo*, a. 1477–78, filza 403–6; *ibidem*, doc. lxii.

<sup>46</sup> O texto dos pleitos pode ver-se in Cesáreo Fernández DURO, *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar*, 2.ª série, tomo 7, Madrid, Real Academia de la Historia, 1892.

<sup>47</sup> Pode ver-se o texto das capitulações in Martín Fernández de NAVARRETE, *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*, (*Obras de D. Martín Fernández de Navarrete*, edición y estudio preliminar de D. Carlos Seco Serrano), 3 vols., Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, Ediciones Atlas, 1954–1964, vol. I, pp. 302–5.

<sup>48</sup> Ramón EZQUERRA, art.º «Pleitos Colombinos» in Germán BLEIBERG (dir.), *Diccionario de Historia de España*, 3 vols., Madrid, Alianza Editorial, s. v.

reconhecesse à família Colón os títulos de «almirante das Índias», «marquês da Jamaica» e «duque de Verágua» de juro e herdade, além de uma tença de 10 000 ducados anuais, não lhe dava plena satisfação. Isso explica suficientemente as diatribes de Hernando Colón contra o cronista genovês Agostino Giustiniani (1470–1536), que no seu *Saltério Poliglota* publicado em 1516 e de novo nos *Castigatissimi Annali della Republica di Genoa*, publicados postumamente em 1537<sup>49</sup>, chamava ao navegador seu compatriota «artesão» dizendo-o nascido «em lugar humilde», o que era pouco lisonjeiro para os sonhos de grandeza da família. Não podendo contrapor a Giustiniani factos positivos, Hernando Colón opta por um estilo ambíguo e evasivo, que deixa, de facto, lugar para especulações.

As especulações, todavia, têm por limite a documentação autêntica, as circunstâncias históricas e, sobretudo, a lógica, o bom senso e o espírito crítico. Compreende-se que, tanto por prosápia familiar como pelas circunstâncias peculiares em que redigiu a biografia paterna, o filho do Almirante tenha sido levado, senão a ajuntar-lhe pormenores de sua lavra, pelo menos a empolar alguns aspectos secundários ou mesmo duvidosos. Afirma, por exemplo, que os Colombos seriam originários de Placência, na Lombardia, «na qual cidade há algumas pessoas honradas de sua família, e sepulturas com armas e epitáfios de Colombo, porque com efeito era este já o sobrenome ou apelido de seu maiores»; ora Rinaldo Caddeo, que estudou cuidadosamente o assunto, é de opinião que a ligação entre os Colombos da Ligúria e os de Placência, na Lombardia, é uma invenção de Hernando Colón, para nobilitar a família, que, na realidade, embora abastada, era de cepa plebeia.

Mais fantasiosa ainda é a afirmação de que *procedevano da quel Colone, di cui Cornelio Tacito nel principio del duodecimo libro della sua opera dice che condusse prigionero in Roma il re Mitridate*, até porque o procurador do Ponto que, segundo Tácito<sup>50</sup>, conduziu no reinado de Cláudio (41–54) prisioneiro a Roma o rei Mitridates se chamava Júnio Cilão — por conseguinte, em italiano, *Cilone* e não *Colone*.

Invenção de Don Hernando parece ser também a afirmação de que seu progenitor fizera estudos em Pavia, prestigioso centro cultural, onde o imperador Carlos IV instituíra em 1361 um *Studium Generale*, a que o papa Bonifácio IX reconhecera os mesmos direitos e privilégios das universidades de

<sup>49</sup> Agostino GIUSTINIANI, *Annali della Repubblica di Genova*, Bolonha, Arnaldo Forni Editore, 1981 [reimp. anastática da edição de Génova, 1537, intitulada *Castigatissimi Annali con la loro copiosa tavola della Ecclesia & Illustrissima Republi. di Genoa (...)*], fl. ccxlix r.

<sup>50</sup> Tacite, *Annales*, ed. E. Jacob, Paris, Hachette & Cie, 1917, v. XII, XXI.



Bolonha e Paris. Em 1485 o *Studium Generale* receberia, por decreto imperial, o estatuto de universidade; mas então já Colombo estava em Portugal. Seja como for, embora se nos apresente como uma pessoa culta, nada indica que tenha feito estudos fora do torrão natal, onde a Università degli Studi não foi criada senão em 1481, após a abalada do futuro descobridor.

Hernando não deixa, por outro lado, de empolar a nobreza de D. Filipa Moniz, a primeira esposa de seu pai, chamando-lhe, com certo exagero, «senhora de nobre sangue, fidalga». Mascarenhas Barreto e seus precursores opinaram que uma dama da jerarquia de D. Filipa Moniz, filha do donatário do Porto Santo, se não abaixaria a casar «com um aventureiro genovês»; e, esquecendo que ela não passava, afinal, da filha de um aventureiro lombardo, de jerarquia apenas um pouco mais subida, viram nesse enlace um indício da alta estirpe de que seria oriundo o descobridor. Mas, se para um aventureiro genovês ela tinha nobreza a mais, para um neto de rei, ainda que bastardo, não teria nobreza a menos?

Os Perestrelos estavam longe de pertencer à alta nobreza: o primeiro do nome em Portugal, Filippo Pallastrelli, chamado Filipão pela sua grande estatura, era um simples cavaleiro, originário de Placência, que veio para Portugal na comitiva de D. Leonor, futura mulher del-rei D. Duarte. Embora em 1433 este lhe tenha conferido brasão de armas e mandado passar carta de nobreza, nem o *Livro de Linhagens do Século XVI*, de autor anónimo<sup>51</sup>, assaz fiável, nem a bem conhecida *Pedatura Lusitana*, incluem os Perestrelos em seus róis; e nenhum destes casou com damas de elevada estirpe. Muitos casaram com senhoras da sua igualha, filhas de capitães-donatários de outras ilhas: D. Isabel (ou talvez Helena) Perestrela, primeira filha do sogro de Colombo, desposou Pedro Correia, capitão da ilha Graciosa; Bartolomeu Perestrela II, cunhado do descobridor, casou com Guiomar Teixeira, filha de Tristão Vaz Teixeira, donatário do Machico; e Bartolomeu Perestrela III, filho do precedente, desposou Aldonça Delgado, neta de João Gonçalves Zarco, donatário do Funchal, e, em segunda núpcias, sua tia D. Yolanda, filha do donatário do Machico. Quanto aos filhos daquele, sobrinhos-netos por afinidade do descobridor das Antilhas, um casou com a filha de um magistrado (Diogo Taveira, desembargador e corregedor do Funchal) e os outros dois com «homens principais, nobres e ricos», da própria ilha do Porto Santo<sup>52</sup>, onde, como é bem sabido, não abundavam os titulares. Apenas o primeiro donatário e sogro do Almirante, adotando a estratégia matrimonial

<sup>51</sup> António Machado de FARIA (ed.), *Livro de Linhagens do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

<sup>52</sup> M. J. da C. F. GAYO, op. cit. tomo XXIII, p. 12 [reimp., vol. VIII, p. 254].

seguida por outros *parvenus* para «melhorar o seu sangue», tomara esposa num estrato social ligeiramente superior ao seu, desposando uma Furtado de Mendonça.

Soubesse D. Hernando que seu pai era, como pretendem aqueles detetives historiográficos, de sangue real, não deixaria de brandir tal argumento, em vez de insistir na nobreza de sua esposa. Para mais, quando entre 1537 e 1539 redigiu a sua biografia, Cristóvão, o pomo do engano, era morto havia mais de trinta anos, D. João II, o enganador, havia uns quarenta e três e Fernando, o *Católico*, o enganado, havia mais de vinte; os Espanhóis estavam já firmemente estabelecidos não só nas Antilhas mas na Terra Firme, onde haviam conquistado o México e o Peru; e, graças ao Tratado de Tordesilhas, a sua posição era juridicamente sólida. Para quê persistir em guardar segredo?

Resulta evidente deste contexto que, se Cristóvão Colombo não fosse de facto natural da República de Génova, onde as modestas origens da família eram bem conhecidas, seu filho não teria qualquer interesse em atribuir-lhe uma origem genovesa, o que só redundaria em abono do seu testemunho quanto a esse particular.

Colombo veio para Portugal em 1476, nas circunstâncias fortuitas a que aludimos mais atrás. Não resulta claro se se fixou em Lisboa por seu irmão Bartolomeu aí residir já ao tempo, exercendo o mester de cartógrafo. Assim o afirmam tanto Agostino Giustiniani como Antonio Gallo, notário em Génova entre *c.* 1491 e 1510 e chanceler do *Ufficio di San Giorgio*, a quem, além de três comentários sobre história genovesa, se deve um *Comentariolus*<sup>53</sup> datado de 1506 sobre a descoberta da América. Muito sucinto, omite por exemplo os oferecimentos de Colombo a D. João II e quase nada nos diz que por outras fontes não saibamos; mas reveste o interesse de ser um testemunho precoce, muito próximo ainda dos factos que relata. Ora Gallo, depois de explicar que Bartolomeu residia em Lisboa onde, em busca de informações, frequentava os navegadores que cada ano retornavam das viagens de descobrimento, dá a entender que foi ele quem iniciou Cristóvão nas coisas da arte náutica, no que coincide com Giustiniani. Fernando Colombo enumera essa história entre as falsidades que exproba ao último<sup>54</sup>; mas isso não implica necessariamente que Bartolomeu não tivesse precedido Cristóvão em Portugal, conquanto se não conheçam documentos que comprovem

<sup>53</sup> A cópia mais antiga que se conhece é a dos Archivi di Stato *in* Genova, cod. cart. séc. xvii, n.º 259, publicado *in* Ludovico Antonio MURATORI, *Rerum Italicarum Scriptores*, tomo XXIII, Milão, 1733, de novo por Orazio Follia em Génova, 1853, e incluso em A. SALVAGNINI, *op. cit.*, p. III, vol. ii, pp. 188 e ss.

<sup>54</sup> H. COLÓN, *op. cit.*, cap. II.

a sua presença aí nesse período. Seja como for, tudo leva a crer que já não estivesse em Savona com a família em 1473, pois não assina com os pais e os irmãos o ato notarial de 7 de agosto desse ano que acima mencionámos. O testemunho de Antonio Gallo, que Giustiniani repete quase *ipsis verbis*, não devia agradar a Don Hernando Colón, pois começa assim:

Cristóvão e Bartolomeu Colombo, irmãos, lígures de nação e nascidos em Génova de pais plebeus [*natione ligures ac Genuæ plebeis orti parentibus*], que foram outrora cardadores de lanifícios, pois o pai era tecelão, e viveram de seu salário, alcançaram neste tempo grande celebridade por toda a Europa, pela sua audacíssima proeza e memorável novidade entre as humanas cousas.

Seja como for, precedido ou não de seu irmão, é seguro que Cristóvão Colombo se estabeleceu em Lisboa em 1476. Não rompeu, contudo, os seus laços com Génova, uma vez que ficou trabalhando como agente da casa comercial Centurione e de seus sócios, a Casa Spínola e Paolo di Negro, a cujo serviço fizera anteriormente uma viagem à ilha de Xio ou Quios, no Mar Egeu, possessão genovesa desde 1363. Foi para se justificar perante Lodisio ou Ludovico Centurione acerca de um carregamento de açúcar da Madeira que não chegou ao seu destino que, em 1479, Colombo fez uma derradeira visita a Génova, após o que regressou a Portugal<sup>55</sup>.

Não o esqueceram, todavia, os seus parentes de Génova. Em 1496 seus primos Giovanni, Matteo e Amighetto Colombo, filhos de seu tio paterno Antonio Colombo, decidiram enviar um deles a Espanha, a *encontrar* o Almirante, comprometendo-se por escritura notarial a partilhar as despesas da viagem, bem assim como os fundos que Giovanni, o enviado, eventualmente *recuperasse* em Espanha — o que constitui sem dúvida um eufemismo para designar as mercês que esperavam obter do primo enriquecido:

Iohannes de Columbo de Quinto, Matheus de Columbo et Amigetis de Columbo, fratres, quondam Antonii<sup>56</sup>, scientes et cognoscentes dictum Iohannem ire debeat Ispaniam ad inveniendum dominum Christophorum de Columbo, armiratum regis Ispanie, et quascunque expensas per dictum Iohannem fiendas causa inveniendi dictum dominum Christophorum, omnes tres fratres superius nominatos esse debeant et esse pro tercia parte, et eas expensas partire debeant pro tercia parte inter eos occasione predictæ; et si dictus

<sup>55</sup> Ato notarial de Génova, 25 de agosto de 1479, *Atti del notaro Gerolamo Ventimiglia*, filza 2, n.º 266; este documento, em que Colombo se declara cidadão de Génova de cerca de 27 anos de idade, não foi incluído em A. SALVAGNINI, op. cit., porque apenas veio a ser descoberto em 1904 pelo General Ugo Assereto, que o publicou (*Giornale Storico e Letterario della Liguria*, La Spezia, 1904, vol. 5, pp. 5–16) — razão por que é conhecido por «documento Assereto».

<sup>56</sup> A expressão *quondam Antonii, i. e.*, «[filhos] do em tempos António» indica na linguagem notarial que o progenitor era já falecido.

Iohannes recuperabit aliquam quantitatem peccunie pro eundo ad dictum locum Ispanie pro inveniendo dictum dominum Christophorum, dictam quantitatem pecuniarum recuperandam per ipsum Iohannem partire debeat cum dictis Matheo et Amigheto per terciam partem, et sic restant de acordio<sup>57</sup>.

Os arquivos de Génova nada mais nos deixam entrever desta diligência empreendida pelos três primos do Almirante. Quer-nos, contudo, parecer que este Giovanni di Antonio Colombo não é outro senão o Juan Antonio Colombo que nos aparece em Espanha por volta de 1497, a quem Cristóvão, exorbitando das suas competências, nomeou capitão de um dos navios da sua terceira viagem ao Novo Mundo, designado na relação desta por *Juan Antoño Columbo, ginovés, deudo del Almirante*<sup>58</sup>. Há que notar, contudo, que num outro documento, a carta do descobridor a Frei Gaspar de Gorrício, de Sevilha, 4 de janeiro de 1505, de que foi portador um certo André Colombo<sup>59</sup>, este é referido como irmão do sobredito Juan Antonio, o que suscita a questão de saber por que motivo não subscreveu também o ato notarial de outubro de 1496; a explicação mais óbvia é que estivesse ausente, quiçá já então em Espanha, embora não achemos dele traço na documentação ibérica antes daquela data. Tampouco é impossível que André seja a mesma pessoa que Amighetto, nome sem correspondência em castelhano, que por isso tivesse decidido alterar; mas aí entramos no campo das hipóteses gratuitas, de que desejamos permanecer arredados.

A ligação de Colombo a Génova ressalta igualmente do instrumento notarial de 22 de fevereiro de 1498, por que institui na família um morgadio, em que, após explicitamente se afirmar genovês, dispõe:

Item, mando al dicho Don Diego, mi hijo, o a la persona que heredare el dicho mayorazgo, que tenga e sostenga siempre en la ciudad de Génoba una persona de nuestro linaje, que tenga allí cassa e mujer, e le ordene renta com que se pueda bibir honestamente, como persona llegada a nuestro linaje, y haga pie e raiz en la dicha ciudad como d'ella, porque podrá haver de la dicha ciudad ayuda e favor en las cosas de menester suyo, pues de aí salí y en ella nazí.  
[...]

<sup>57</sup> Ato notarial de Génova, 11 de outubro de 1496, ANG, *Acti del notaro Giovanni Battista Peloso*, filza 5, n.º 775; in A. SALVAGNINI, op. cit., p. II, vol. I, doc. LXXXiii.

<sup>58</sup> «Relación del Tercer Viaje» in Consuelo VARELA, op. cit., p. 221; cf. LAS CASAS, livro I, cap. cxxx.

<sup>59</sup> *Ibidem*, doc. LXXXIII, p. 351. Após a morte de Cristóvão Colombo, em 1508, seu filho e herdeiro D. Diego foi autorizado a levar os dois irmãos para as Índias, a despeito de serem estrangeiros, atendendo a que haviam sido criados do falecido Almirante, com a condição de se não entregarem ao comércio: alvará de Fernando, o Católico (regente de Castela por sua filha D. Joana), Realejo, 13 de dezembro de 1508, Archivo General de Indias (Sevilha), *Contratación 5089*, vol. I, fl. 8v, transcrito por J. GIL, op. cit., p. 142.

Item, mando al dicho Don Diego, o a quien poseyere el dicho mayorazgo, que procure y se trabaje siempre por la onra y bien y acrecentamiento de la ciudad de Génoa, y ponga todas sus fuerças e bienes en defender y aumentar el bien e honra de la república d'ella, no yendo contra el servicio de la Iglesia de Dios e alto estado del Rey o de la Reina, nuestros Señores, e de sus sucesores<sup>60</sup>.

Esta ligação de Colombo a Génova é ainda confirmada pelo facto de mais tarde, ao ver cerceados pelos Reis Católicos os privilégios que lhe haviam outorgado em Santa Fé, ter entregue cópia deles a Nicolò de Oderigo, embaixador da república de Génova na corte espanhola<sup>61</sup>, depositando os originais na Cartuxa de Santa María de las Cuevas, em Sevilha. Desses originais tirara o notário Martín Rodríguez, a 5 de janeiro de 1501, na presença do alcalde de Sevilha, quatro cópias autenticadas, de que apenas duas chegaram a nossos dias. Estiveram até 1670 em poder dos descendentes do embaixador, que nessa data as entregaram à *Serenissima Repubblica di Genova*; hoje conserva-se uma delas nos arquivos genoveses e a outra em Paris, para onde em 1808 a levou Napoleão<sup>62</sup>. Colombo refere-se a essas cópias que confiara a Nicolò de Oderigo na carta que escreveu ao Banco S. Jorge de Génova, a 2 de abril de 1502, de que se conserva o original autógrafo<sup>63</sup>. Significativamente, começa assim: *Muy nobles Señores: bien que el coerpo ande acá, el corazón está alí de continuo*. Dir-se-ia que no fim da vida, amargurado e desiludido com uma Espanha que se lhe mostrava mal agradecida, voltou a virar-se em espírito para a pátria da sua infância.

A ligação do descobridor a Génova é, ainda que indiretamente, confirmada também por um codicilo do seu testamento, de 19 de maio de 1506, em que institui seis legados, dos quais cinco a favor de genoveses. Entre estes contam-se os herdeiros de *Paulo Negro*, ou seja, Paolo di Negro, que ajudara Colombo quando em 1476, após a batalha do Cabo S. Vicente, tivera de se salvar a nado e refugiar-se em Lisboa; e *Baptista Espínola*, ou seja, Battista Spínola, filho de Nicolò Spinola, capitão de um barinel da mesma frota<sup>64</sup>.

Giustiniani regista ainda um outro legado, que *nella morte sua fece come bon patriota, perche lassò per testamento all'Ufficio di S. Giorgio la decima parte*

<sup>60</sup> C. VARELA, op. cit., doc. XIX, pp. 190 e ss. Como a quase totalidade dos textos colombinos, este documento pode também ver-se em M. F. NAVARRETE, op. cit., vol. I.

<sup>61</sup> Carta de Colombo a Nicolò de Oderigo, de 21 de março de 1502, *Códice Colombo-Americano*, p. 322, publicado por M. F. de NAVARRETE, op. cit., doc. CXLVI, p. 471.

<sup>62</sup> *Vide Il códice dei privilegi di Cristoforo Colombo* (A. SALVAGNINI, op. cit., p. II, vol. ii, Roma, 1893), introdução.

<sup>63</sup> No Palazzo Municipale de Génova; publicado por C. VARELA, op. cit., doc. LXIII, p. 314.

<sup>64</sup> *Idem, ibidem*, doc. XCIII, pp. 359–63.

*delle sue entrate in perpetuo*, o que, acrescenta o cronista, escrevendo uns trinta anos após os factos, *nõ sò per qual cagione nõ si ha fatto*<sup>65</sup>. A razão, sabemos-la nós: é que essa cláusula não consta já do testamento final do Almirante, que há pouco referimos. O legado destinava-se aparentemente a fins de caridade, pois a carta do Almirante ao Banco S. Jorge de 2 de abril de 1502 especificava que os 10 por cento deviam ser aplicados *en descuento de la renta del trigo y bino y otras bitualias comederas*.

A figura do genovês Cristoforo Colombo está, por conseguinte, suficientemente atestada por documentos coevos para que se possa pôr em dúvida a sua historicidade. Que tivesse morrido prematuramente, por volta de 1476, e alguém se tivesse em seguida apropriado fraudulentamente da sua identidade para disfarçar a própria, como já ouvi, não seria totalmente impossível, mas briga quer com a diligência dos primos em 1496 quer com as disposições testamentárias do descobridor. Para mais não se logra descortinar o móbil de tão complexa operação, já que o falecido não possuía, que se saiba, dotes especiais que o acreditassem como não espião; e para espião qualquer pessoa que não levantasse suspeitas poderia, e com vantagem, ser utilizada...

### **Cuba do Alentejo e a sua homónima das Antilhas**

Aventa Mascarenhas Barreto que Cristóvão Colombo teria nascido na vila alentejana de Cuba, e que teria sido em memória da terra que lhe servira de berço que deu à ilha de Cuba o nome que ainda tem; e que pela mesma razão dera a outros acidentes geográficos com que topou os nomes de povoados alentejanos vizinhos daquela vila.

Deixando para depois os nomes de tais lugares, debrucemo-nos desde já sobre o nome de Cuba. O da vila alentejana deriva de um substantivo comum, *cuba*, ou seja «recipiente para fazer vinho, dorna quadrada», por sua vez derivado de *cubo*. Já o da ilha que Colombo começou a explorar na sua primeira viagem nada tem que ver com ele, pois é um topónimo nativo. Basta ler o *Diário* da primeira viagem colombina<sup>66</sup>: o descobridor ouviu falar de Cuba ainda nas Lucaias ou Baamas, dez dias depois de chegar ao Novo Mundo, ou seja, a 21 de outubro de 1492, um domingo; e logo arrebitou as orelhas, não fosse tal ilha o Cipango que constituía a sua obsessão:

[...] porende, si el tiempo me da lugar, luego me partiré a rodear esta isla, fasta que yo aya lengua com este rey y ver si puedo aver dél el oro que oyo que trae,

<sup>65</sup> A. GIUSTINIANI, op. e loc. cit. supra.

<sup>66</sup> C. VARELA, op. cit., pp. 15 e ss. O texto do *Diario* pode também ver-se em M. F. de NAVARRETE, vol. I, e na transcrição de LAS CASAS, livro I.

y después partir para otra isla grande mucho, que creo que deve ser Çipango, según las señas que me dan estes indios que yo traigo, *a la cual ellos llaman Colba* [...]

A forma *Colba* deve-se a má audição de Colombo, mais provavelmente do que a erro do copista, pois ainda que não tenha chegado até nós o manuscrito autógrafo, que o descobridor entregou aos Reis, mas tão somente a cópia que pertenceu a Frei Bartolomeu de las Casas, este dificilmente se enganaria a transcrever um topónimo que tão bem conhecia. Seja como for, daí em diante a forma aparece sempre corrigida. Assim *sub die* 23 de outubro:

Quisiera oy partir *para la isla de Cuba*, que creo que deve ser Çipango, según las señas que dan esta gente, de la grandeza d'ella y riqueza [...]. Y no e dado ni doy la vela para Cuba porque no ay viento, salvo calma muerta [...]

As referências a Cuba reaparecem a 24, 26 e 28 de outubro, até que em dia de Todos os Santos Colombo logrou finalmente alcançar a ilha desejada. Como seria de esperar, as referências directas ou indirectas a esta multiplicam-se nos dias subsequentes. Do ponto de vista da nomenclatura geográfica, a única novidade de interesse surge a 5 de dezembro, numa parte do diário aparentemente resumida por las Casas, pois está no discurso indireto:

D'esta gente [de Bohío, ou seja, Haiti] diz [Colombo] que *los de Cuba o Juana* y de todas estas otras islas tienen gran miedo, porque diz que comían los hombres.

A partir daí a ilha passa a ser normalmente designada no *Diário* por *Cuba o Juana*, sendo evidentemente *Cuba* o seu nome nativo e *Juana* o que lhe deu Colombo. É seu filho e biógrafo quem no-lo explica<sup>67</sup>: à primeira ilha a que aportou são e salvo chamou em ação de graças *S. Salvador*; trata-se da ilha cujo nome nativo era Guanahaní, que pode corresponder à ilha depois conhecida por Watlings, que em 1925 tomou, nessa presunção, o nome de San Salvador; ou então à ilha Samana Cay, a SSE daquela, ou ainda à de Plana Cays, a SSE desta. À segunda que visitou, por devoção pessoal à Imaculada Conceição, pôs o nome de *Santa María de la Concepción*. À terceira, em honra de Fernando, *o Católico*, ilha *Fernandina*. À quarta, *Isabela*, em honra da rainha de Castela. Finalmente, à que visitou em seguida, ou seja, Cuba, o nome de *Juana*, em memória do príncipe D. Juan, que viria a falecer em 1497, mas era ao tempo o herdeiro das coroas de Castela e Aragão. Daí em diante — nomeadamente na informação por testemunhas tirada na cidade

<sup>67</sup> H. A., cap. xxv.

Isabela a 14 de janeiro de 1494 em como Colombo fora a descobrir Cuba<sup>68</sup> — o nome nativo jamais ocorre na documentação colombina, sendo sempre a ilha designada pelo nome que lhe deu o Almirante: *la Juana*.

Resulta, pois, claríssimo que não foi Colombo quem deu à ilha o nome de Cuba: antes lho tentou tirar... Por conseguinte, a relação entre o nome da nossa Cuba e o da ilha que tem por capital Havana é a mesma que existe entre *nora*, termo de parentesco de origem latina, e *nora*, «engenho para tirar água», vocábulo de origem arábica; ou entre *manga* (da camisa ou do casaco), vocábulo românico, e *manga* (fruto), voz de origem malaiala: mera coincidência fónica.

### A toponímia das redondezas

No livro que deu origem a toda esta polémica argumentava Mascarenhas Barreto que grande parte dos topónimos apostos por Colombo aos acidentes geográficos com que topou eram réplicas de nomes de localidades do ducado de Beja, mais ou menos vizinhas da vila de Cuba, ou pelo menos relacionados com Portugal, com a história portuguesa ou com a suposta identidade lusitana do descobridor. Como exemplos mencionava os seguintes trinta e oito: *S. Salvador, Isabela, Joana, Cuba, Hispaníola, Alfa e Omega, Belém, Assumpción, Buena Vista, Brazil, Concepción, Curaçao, Faro, Galera, Graciosa, Guadalupe, Guinchos, Morón, Puerto Santo, Cabo Rojo, San Antonio, San Bartolomé, Sancti Spiritus, San Jorge, San Juan, San Luís, San Miguel, San Nicolás, Santa Catarina, Santa Clara, Santa Cruz, Santa Lucia, Sant'Ana, Canal de Santarén, Santo Domingo, Trinidad e San Vicente*.

A lista parece ter sido feita com base num passeio dos olhos por um mapa atual e não na sequência de um exame cuidadoso da documentação coeva, pois inclui até nomes de localidades sitas a mais de dez léguas da costa, onde Colombo, por muito bom marinheiro que fosse, jamais conseguiria chegar de caravela. Inclui além disso nomes de vários lugares em que, embora sitos na costa, Colombo jamais passou, cuja onomástica, por conseguinte, se lhe não pode de modo algum imputar.

Tal é, nomeadamente, o caso do *Canal de Santarén*, a sul da Florida, entre o grande banco das Bahamas e o banco de Cay Sal, a norte de Cuba, que o descobridor jamais atravessou: na primeira viagem passou muito provavelmente entre as ilhas Fernandina (hoje Long Island) e Isabela (hoje Crooked Island), pelo canal conhecido atualmente por Crooked Island Passage, indo aterrar na zona oriental de Cuba, umas 300 milhas a leste do

<sup>68</sup> M. F. de NAVARRETE, op. cit., vol. I, pp. 386–90.



Canal de Santarén. Samuel Eliot Morison, que em 1938–39 refez a viagem de Colombo num veleiro, identificou o lugar do desembarque de Colombo com a baía de Bariay, onde foi erigido um obelisco comemorativo. Na exploração da costa setentrional cubana, Colombo não deve ter ultrapassado a região de Gibara, ou quando muito a de Nuevitas, após o que retrocedeu para leste. Nas viagens subsequentes sempre percorreu a costa cubana pelo sul, vindo até a persuadir-se de que Cuba não era ilha, mas a extremidade oriental do Cataio, no continente asiático. Por tal razão não podem ser colombinos nomes de lugares do noroeste de Cuba nem da sua extremidade ocidental, como *Santa Lucia*, a *baía de Guadiana* e a *Ponta de Santo António*, que o Almirante não chegou a atingir. O mesmo se passa com a *ilha dos Guinchos*, ao largo da costa setentrional da ilha, nome que, para mais, denota em castelhano uma ave, o *Pandion heliaetus*, conhecida em português por águia-pesqueira ou gavião-do-mar e não conota assim necessariamente a praia do Guincho em Cascais. Na Terra Firme passa-se o mesmo com a *Punta Faro*, perto de Barranquilla, na Colômbia, de que voltaremos a falar, onde o Almirante jamais passou. Com efeito, assaz curiosamente, Colombo nunca explorou a Colômbia, que adoptou o nome que tem por proposta de Simão Bolívar em 1819, quando compreendia ainda a Venezuela e o Panamá, de facto costeados pelo Almirante, e ainda o Equador, que só em 1830 se tornaram independentes.

Tampouco podem ser colombinos os nomes das ilhas de *Santa Luzia* e *São Vicente*, nas Pequenas Antilhas: na sua segunda viagem — de que se não conserva o diário, mas apenas a relação do Dr. Chanca, físico da armada, traduzida em latim por Pedro Mártir de Anglória<sup>69</sup> — o descobridor aterrou na Domínica, seguindo daí para norte, até Porto Rico. Na terceira viagem aterrou na Trinidad, após o que costeou o que é hoje território da Venezuela até à ilha Margarita, rumando daí em direitura para a Espanhola. E na quarta passou entre as Pequenas Antilhas — se não sem avistar pelo menos sem escalar nenhuma delas — em direcção à Espanhola, onde o governador entretanto nomeado pelos Reis Católicos o não deixou desembarcar.

O mesmo se passa igualmente com *Curaçao*, nome cuja etimologia não cabe aqui discutir, uma vez que não foi descoberta pelo Almirante mas por

---

<sup>69</sup> Petrus Martyr de ANGLERIA, *Opera – Legatio Babilonica, De Orbe Novo decades octo, Opus Epistolarum*, [reprod. fac-similada das edições de Alcalá de Henares, 1516, 1530 e 1530, respectivamente], int. Dr. Erich Woldan, Akademisch Druck- und Verlagsanstalt, Graz, Austria, 1966; trad. castelhana: Pedro Mártir de Anglória, *Decadas del Nuevo Mundo*, Madrid, Ed. Polifemo, 1989.

Alonso de Hojeda, a 26 de julho de 1499<sup>70</sup>; e ainda com *San Bernardo*, descoberto pelo mesmo provavelmente a 20 do mês seguinte, festa do dito santo.

Escusado se torna repetir o que no capítulo precedente quedou dito sobre a origem dos nomes *Cuba*, *S. Salvador*, ilha *Fernandina*, ilha *Joana*, ilha *Isabela* e ilha da *Conceição*, pelo que ficam carecendo de explicação apenas vinte e três, que vamos tentar passar em revista.

Começemos pelos hagiotopónimos. Há que notar à partida que só seriam significativos os que correspondessem a santos apenas venerados na região alentejana, como S. Maços, semimítico primeiro bispo de Évora. Nomes como os de S. Miguel Arcanjo, S. João Baptista, Santa Catarina, S. Jorge, S. Nicolau e S. Vicente, venerados tanto pela igreja latina como pela grega, aparecem como topónimos por toda a Europa, da Irlanda aos Montes Urais. O seu uso tanto pode indiciar que o descobridor era originário de Cuba, como de Fornos de Algodres, Vila Nova da Cerveira ou mesmo Novgorod. Só em Portugal é S. João Baptista patrono de 172 freguesias, e S. Miguel patrono de 200 e epónimo de 34 lugares. Para mais, são dez as localidades da zona antilhana denominadas *San Miguel* que menciona Oviedo, sem que de nenhuma atribua a autoria a Colombo. Semelhante é o caso de *Santa Lucia* ou *Santa Luzia*<sup>71</sup>, comemorada a 13 de dezembro, que no nosso país dá o nome a 21 lugares, espalhados de norte a sul do território. Quanto a *S. António*, é em Portugal orago de 58 freguesias<sup>72</sup> e epónimo de 40 lugares<sup>73</sup>, enquanto *S. Vicente* o é de 62 freguesias e 21 lugares, pelo que o seu uso, a remontar a Colombo, o que não é o caso, tanto apontaria para o Alentejo como para qualquer outra região. De exemplos tais é evidente que nenhuma conclusão se pode retirar.

Por outro lado, S. João Batista, S. Jorge e S. Bernardo contam-se entre os cinco santos protectores de Génova, ao lado de S. Siro e S. Lourenço que não aparecem na toponímia das Antilhas. S. Jorge é em Génova patrono da *Ufficio di San Giorgio* ou Banco de S. Jorge (o mais antigo banco do mundo, fundado em 1407, onde tanto os Reis Católicos como Colombo tinham conta aberta); é além disso o santo patrono de Portofino, enquanto S. Miguel Arcanjo o é de Casarza Ligure e de Valbrenna, na província de Génova, e de Celle Ligure e Albenga, na de Savona; S. Nicolau é padroeiro de Coreglia

<sup>70</sup> G. F. de OVIEDO Y VALDÉS, I, p. 59; II, p. 322.

<sup>71</sup> G. F. de OVIEDO Y VALDÉS, I, p. 34.

<sup>72</sup> Domingos de A. MOREIRA, «Oragos Paroquiais Portugueses», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000–2001, vol. III, s. v.

<sup>73</sup> A. C. Amaral FRAZÃO, *Novo Dicionário Corográfico de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes)*, Porto, Ed. Domingues Barreira, 1981.

Ligure, Rondanina e Sestri Levante, e a Senhora de Guadalupe, da povoação de Santo Stefano d'Aveto, tudo na província de Génova, e ainda de Calice Ligure, Albisola Superiore e Mallare na de Savona. Parece portanto que a hagiotoponímia é uma arma de dois gumes...

No que toca a *Sancti Spiritus* (que Oviedo apenas menciona na segunda parte da sua *Historia*<sup>74</sup>, em que trata de acontecimentos posteriores à morte de Colombo) não vemos razão para ver no seu emprego, ainda que remontasse a Colombo, um traço de influência do joaquimismo preservado pela Ordem de Cristo, pois é em Espanha (na mesmíssima forma, em latim e, para mais, no genitivo), nome de uma aldeia da província de Salamanca e de outra na de Sevilha, enquanto que em Portugal a forma corrente é, em português e não em latim, *Espírito Santo*, nome de nove lugares do continente e um das ilhas, registando-se *Santo Espírito*, com os termos pela ordem inversa, apenas na ilha açoriana de Santa Maria. De qualquer maneira, a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade é em Portugal orago de 50 freguesias, muitas delas fora do Alentejo e da zona que pertenceu à ordem sediada em Tomar, e não tem por isso especial relação com a zona de Cuba nem com o ducado de Beja.

Seja como for, há que excluir da lista os topónimos que não são mencionados nem nos *Diários* das sucessivas viagens colombinas, nem na biografia do navegador pelo seu filho, nem mesmo referidos nas crónicas quinhentistas, como as de Pedro Mártir de Angléria, Gonçalo Fernández de Oviedo, Francisco López de Gómara<sup>75</sup> ou Frei Bartolomeu de las Casas, como remontando a Colombo, pois tudo leva a crer serem posteriores à última viagem do nosso herói, em 1502–1504. Tal é o caso da ilha de *S. Bartolomeu*, de *S. Jorge*, *S. Luís*, *S. Vicente* e *Boca do Touro*. Restam-nos assim a explicar apenas treze dos trinta e oito nomes de lugares aduzidos por Barreto.

*Morón*, nome de um lugar da ilha de Cuba, se como Mascarenhas Barreto pensava, correspondesse a *Mourão* e fosse da lavra de Colombo, o que seguramente não é o caso, seria o mais significativo dos indícios da alentejanidade do Almirante; sem embargo, tudo leva a crer que derive de *morón*, substantivo comum que significa «morro, montículo», de uso assaz frequente na toponímia, já que ocorre em Espanha nos povoados de Morón de Almazán, na província de Sória, Morón de la Frontera, na de Sevilha, em três localidades cubanas (uma na província de Oriente, outra na de Ciego

<sup>74</sup> G. F. de OVIEDO Y VALDÉS, op. cit., Livro XVII, cap. II (vol. II, p. 112).

<sup>75</sup> Francisco López de Gómara, *Hispania Victrix — Primera y segunda parte de la Historia General de las Indias*; servimo-nos da edição de Don Enrique de VEDIA, *Historiadores Primitivos de Indias*, vol. I, Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, Atlas, 1946.

de Ávila e a terceira na de Pinar del Rio), e ainda em uma do Haiti e outra da Argentina, sem que qualquer deles tenha o que quer que seja a ver com Colombo. Integra-se por conseguinte, tal como o nome da *Punta Roxa*<sup>76</sup> (ou, em ortografia moderna *Punta Roja*), este colombino, na classe dos topónimos descritivos, que não carecem de justificação externa e de que nenhuma conclusão se pode retirar. Na mesma classe se integram *Buenavista*, nome de pelo menos duas localidades das Antilhas, e o nome da ilha *Graciosa*, que para mais apenas são mencionadas numa época posterior à de Colombo

Tampouco tem Mascarenhas Barreto razão ao afirmar que «nem uma única palavra italiana surge na toponímia adoptada por esse “Cristoforo Colombo” a quem os falsificadores de “provas” atribuíram a menção *de Génova saí e em Génova nasci*»<sup>77</sup>, pois há pelo menos dois topónimos de clara origem italiana. O mais significativo é o nome de *Saona* (ou seja, Savona, na forma castelhana corrente na época<sup>78</sup>) dado a uma ilha sita a cerca de uma légua da costa meridional da Espanhola, que ainda hoje se chama assim. Recebeu o nome em homenagem a Michele da Cuneo, mercador de Savona e amigo de longa data de Colombo, que a seu convite o acompanhou na sua segunda viagem de descobrimento e foi o primeiro a aperceber-se da insularidade da ilhota, recebendo-a então em doação. A este Michele da Cuneo se deve quiçá a melhor das relações da segunda viagem colombina, descoberta em 1885 na Biblioteca Universitária de Bolonha<sup>79</sup>. O outro topónimo italiano é *Portobelo*, nome aposto pelo descobridor ao porto do Panamá que escalou a 2 de novembro de 1502<sup>80</sup>, que deriva visivelmente do italiano *Porto Bello* e não do castelhano, onde teria a forma *Puerto Bello*. Las Casas castelhanizou-o na forma *Bel Puerto*, mas foi a forma italiana que veio a prevalecer, permanecendo em uso até nossos dias — ainda que grafada com *l* simples, já que em castelhano os dois *ll* da grafia italiana corresponderiam à líquida palatal que em português representamos por *lh*. Outro italianismo parece ser o topónimo Belaforma, dado por Colombo a uma ilha que avistou nas imediações do golfo de Pária, na actual Venezuela<sup>81</sup>.

<sup>76</sup> *Diario del Primer Viaje, sub die 8/I/1493*. Servimo-nos da edição de C. VARELA, op. cit., doc. II, pp. 15 e ss.; o texto pode também ver-se in M. F. de NAVARRETE, op. cit., vol. I, e na transcrição de LAS CASAS, op. cit., livro I.

<sup>77</sup> A expressão é da escritura de instituição do morgadio que citámos já acima.

<sup>78</sup> Cf. *supra* nota 27.

<sup>79</sup> Cf. Fernando PORTUONDO, *El segundo viaje de descubrimiento. (Cartas de Miguel de Cúneo y Diego Álvarez Chanca)*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1977; Antonio Núñez JIMÉNEZ, *Michele da Cuneo nel nuovo mondo*, Savona, Dan. Er. Ed., 1994.

<sup>80</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. xcii.

<sup>81</sup> LAS CASAS, op. cit., I, cxxxiii.

Equivoca-se igualmente o nosso bom autor ao ver no nome dos cabos *Alfa* e *Omega*<sup>82</sup> — atribuídos pelo Almirante respectivamente à extremidade oriental da ilha de Cuba, que tomou por ponto terminal da terra do Grão Cã, e ao cabo S. Vicente em Portugal — uma prova da origem judia do descobridor, pois a expressão *Alpha et Omega* não é do Antigo Testamento, mas do Apocalipse de S. João, que, como é bem sabido, não faz parte das escrituras judaicas. Aliás jamais poderia ser do Antigo Testamento, escrito em hebraico, em cujo alfabeto o *ómega* grego não tem correspondência e a derradeira letra é o *tau*, usado com a mesma conotação escatológica do *ómega* do Apocalipse pelo profeta Ezequiel<sup>83</sup>. Como se poderia esperar, o nome «Cabo Omega», jamais foi utilizado para designar o cabo S. Vicente, e o de *Cabo Alfa* caíra já em desuso quando Oviedo compôs a sua *História*; seja como for, a documentação da época situa-o em Cuba e não na extremidade da Espanhola oposta ao *Cabo Omega*, onde no mapa que ilustra o seu livro Mascarenhas Barreto os coloca.

No caso de *Hispaniôla*, que Barreto supõe ser o nome dado por Colombo à ilha denominada Haiti pelos nativos, e em que vê um diminutivo de *Hispania* no sentido de Península Ibérica, é duplo o erro: em primeiro lugar a forma *Hispaniôla*, que viria a conhecer grande fortuna na cartografia e na literatura anglófona, não se deve a Colombo, mas a Pedro Mártir de Anglêria, que desde 1511 até 1530 (portanto, após a morte do navegador), publicou em latim uma série de epístolas sobre o Novo Mundo, que naquela última data reuniu em volume intitulado *De Orbe Novo*. Foi ele quem latinizou em *Hispaniôla* a designação vernácula atribuída por Colombo, que no *Diario del Primer Viaje*<sup>84</sup> aparece na forma *Española* e na carta de 15 de fevereiro de 1493 a Luís de Santángel<sup>85</sup> na grafia italianizante *Spañola*. Num escólio à *Historia Naturalis* de Plínio-o-Antigo — pese aos adversários da origem genovesa do navegador, redigido em italiano dialectal —, Colombo usa a forma *Spagnola*. No poemeto de 1493 de Giuliano Dati<sup>86</sup> de que voltaremos a falar, é também a forma vernácula *Spagnuola*, desta vez em bom toscano, que se encontra. Note-se que as formas românicas *spagnuolo*, *español*, etc., derivam de *hispaniolus*, diminutivo latino de *hispanus*, pelo que na realidade Pedro Mártir, que era bom latinista, se limitou a repor como nome da ilha o seu étimo latino.

<sup>82</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. xxx; P. M. ANGLÉRIA, op. cit., I, iii; G. F. de OVIEDO Y VALDÉS, op. cit. I, p. 47; LAS CASAS, op. cit. I, xciv.

<sup>83</sup> 9,4 e 9,6.

<sup>84</sup> *Sub die 9/XII/1492*.

<sup>85</sup> C. VARELA, op. cit., doc. V, pp. 139–46.

<sup>86</sup> A. SALVAGNINI, op. cit., p. III, vol. II, doc. vii, estrofe xxviii.

Em segundo lugar, na época de Colombo ainda se não usava o cultismo *Hispânia* para designar no seu conjunto a nossa Península, em oposição a *España*, que designaria apenas os reinos de Castela e Leão e os da Coroa de Aragão (e quiçá também Navarra, embora apenas em 1516 viesse a ser anexada): *Espanha* designava ainda a totalidade da Península, como, muitos anos após a morte de Colombo, se pode ainda ler em Frei Bartolomeu de las Casas<sup>87</sup>, n'Os *Lusíadas* de Camões,

Ouvido tinha aos Fados que viria  
 uma gente fortíssima de Espanha,  
 pelo mar alto, a qual sujeitaria  
 da Índia quanto o Dóris banha<sup>88</sup>,

e em outros textos, incluindo o popular romance da *Nau Catrineta*:

acima, acima, gajeiro,  
 sobe a esse tope real:  
 vê se vês terras de Espanha,  
 areias de Portugal.

É o mesmo uso que explica o título da colecção de viagens compilada por Francanzano de Montalbodo em 1507, na sua edição veneziana de 1521: *Paesi nouamente retrouati per la Nauigatione di Spagna in Calicut* [...].

Espanha era pois, à época, ainda um termo de geografia física e não de geografia política, tanto mais que as coroas de Castela e Aragão permaneciam juridicamente separadas. É o que explica que, à morte de Isabel em 1504, Fernando tenha continuado a ser rei de Aragão, enquanto sua filha Joana era proclamada rainha de Castela. É essa separação das coroas o que justifica o célebre epitáfio de Colombo: *A Castilla y a León nuevo mundo dió Colón*<sup>89</sup>. Não há pois razão para ver no topónimo em questão um diminutivo de *Hispania*, escolhido propositadamente para aludir à Península Ibérica no seu conjunto, incluindo portanto Portugal, e evitar a conotação com *Espanha*, no sentido que hoje damos a tal termo; e portanto inteiramente arbitrário ver nele um indício de que Colombo seria português.

Passemos finalmente aos topónimos autenticamente colombinos, registados nos *Diários*, na *História do Almirante* de Hernando Colón ou nas crónicas coevas, começando pelos hagiotopónimos. Muitos deles correspondem,

<sup>87</sup> LAS CASAS, op. cit., livro I, cap. xiv.

<sup>88</sup> Transcrita in A. SALVAGNINI, op. cit., p. III, vol. II, doc. vii, 31; cf. III, 17, etc.

<sup>89</sup> H. COLÓN, op. cit., espécie de posfácio ao fim do derradeiro capítulo.

como seria de esperar, aos nomes dos santos festejados no dia em que os lugares em causa foram descobertos. Tal é o caso do porto de *Santa Catalina*, descoberto a 25 de novembro de 1492, do de *S. Nicolao*, achado a 6 de dezembro de 1492, do *Puerto de la Concepción*, atingido no dia imediato, vigília da Imaculada Conceição<sup>90</sup>, festa, como vimos já, muito da devoção de Colombo, do da ilha da *Asumpción*, que o Almirante avistou a 15 de agosto de 1498<sup>91</sup>, e do do rio de *Belén*, no Panamá, em que entrou a 6 de janeiro de 1503, festa da chegada dos Reis Magos a Belém, como no-lo explicam as fontes coevas<sup>92</sup>.

Há meia dúzia de hagiotopónimos da lavra do Almirante que não obedecem a este critério, mas nos são explicados pela documentação de que dispomos. A *Santo Domingo*, nome da principal cidade que fundou, deu nome em homenagem a seu pai, Domenico Colombo<sup>93</sup>. À ilha *Domínica*, porque topou com ela um domingo<sup>94</sup>. À ilha a que chamou *Trinidad*, na sequência de um voto que fizera na sua terceira viagem, provavelmente no momento em que lhe começara a escassear a água, e que Las Casas explica assim: *puso nombre a esta tierra la isla de la Trinidad, porque así lo llevaba determinado, que la primera tierra que descubriese así se nombrase*<sup>95</sup>. Colombo era para mais particularmente devoto do Mistério da Trindade e começa muitos dos seus escritos pela fórmula *en nombre de la Santísima Trinidad*. Já a ilha de Guadalupe recebeu o nome do célebre santuário da Extremadura espanhola, ou, como explica Pedro Mártir de Angléria, por semelhança de perfil<sup>96</sup> — *a montibus Guadalupi similitudine, ubi intemeratae Virginis colitur simulacrum* — ou, como com maior verosimilhança sugere o filho do Almirante, «a rogo dos monges do convento de aquela invocação, a quem prometera dar a uma ilha o nome de seu mosteiro»<sup>97</sup>.

Quanto a *Santa Cruz*, o símbolo cristão por excelência, epónimo de 26 localidades portuguesas do continente e 6 das ilhas adjacentes, inútil se torna procurar qualquer explicação para o facto de se dar seu nome a diversos lugares de uma região que se queria conquistar para a Cristandade; de qualquer modo apenas um — o nome da ilha de Santa Cruz a sueste de Porto Rico — é averiguadamente colombino<sup>98</sup>.

<sup>90</sup> Veja-se o *Diario del primer Viaje*, sob as datas respectivas.

<sup>91</sup> LAS CASAS, op. cit. I, cxxxvii.

<sup>92</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. xciv; LAS CASAS, op. cit. II, xxiv.

<sup>93</sup> H. COLÓN, op. cit., lxxiii.

<sup>94</sup> P. M. ANGLÉRIA, op. cit., I, ii; G. F. de OVIEDO Y VALDÉS, op. cit., I, viii; LAS CASAS, op. cit. I, lxxxiv.

<sup>95</sup> LAS CASAS, op. cit., I, lxxxii.

<sup>96</sup> P. M. de ANGLERIA, op. cit., Década I, cap. ii.

<sup>97</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. xlvii.

<sup>98</sup> Mencionado na *Relación del Tercer Viaje*, Consuelo Varela, op. cit., p. 239.

Restam-nos assim a discutir apenas quatro topónimos da lista dada por Mascarenhas Barreto: *Brasil*, *Punta Faro*, *Ponta da Galé* ou *da Galera* e *Puerto Santo*.

*Puerto del Brasil* é o nome usado na documentação colombina para Yáquimo (hoje Jacmel, na república do Haiti), na costa meridional da Espanha, onde em setembro de 1499, quase um ano, portanto, antes do descobrimento cabralino do Brasil, Alonso de Hojeda, enquanto o Almirante permanecia em Santo Domingo, fez um bom carregamento de pau-brasil<sup>99</sup>. Não se tratava certamente de pau-brasil asiático, *Caesalpinia sappan*, L., que não existe no Novo Mundo, nem sequer da principal espécie que viria mais tarde a ser explorada em terras brasileiras, a *Caesalpinia echinata*, Lam., mas provavelmente de *Caesalpinia violácea*, (Miller) Standley, que dá um corante de qualidade inferior. Foi provavelmente Hojeda quem denominou assim o porto. Seja como for, o nome nada tem que ver nem com o país a que hoje chamamos Brasil, nem com a mítica *Ilha Brasil* da tradição céltica. Ao contrário do que parece, o nome desta nada tem a ver com o daquele, pois está para ele como *nora* está para *nora*, *manga* para *manga*, *Cuba* para *Cuba* e *Colombo* de Ceilão para *Colombo* do Cristóvão. São homónimos. O nome do Brasil, como é sabido, deriva do do pau-brasil, aí achado em abundância a partir de 1502; e o deste, por seu turno, do italiano *verzino*, que veio a tomar a forma em que ocorre nos romances peninsulares sem dúvida por paronímia com *brasa*, sugerida pela cor avermelhada que geralmente apresenta. Quanto a *verzino*, parece derivar do árabe *warsî*, «alaranjado, da cor do *wars*», sendo *wars* o nome árabe da planta tintureira *Memecylon tinctorium*, Koen., das Melastomatáceas, dito por vezes «açafraão do Iémen». Aplicou-se de início ao pau-brasil asiático, descrito sob o nome de *baqqam*, por diversos botânicos e farmacólogos árabes da Idade Média, tais como Abū Ḥanīfa (século ix), Ibn Riḍwān (século xi) e Ibn al-Bayṭār (1197–1248). Na Europa cristã é mencionado como artigo de comércio desde o século xii<sup>100</sup>. Quanto ao da ilha *Brazil*, *Hy Brysail* ou *O’Brasil* — que é de origem celta, significa «terra dos eleitos» e corresponde aproximadamente ao latim *Terra Repromissionis Sanctorum* que ocorre nalguns textos medievais — está atestado por escrito desde as *Viagem de Maelduin*, romance irlandês muito afim das *Viagens de S. Brandão*, redigido ca. 1100 por um certo Aed the Fair, sobre a base de um texto do século viii.

<sup>99</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. lxxxiv.

<sup>100</sup> Podem ver-se mais detalhes no nosso estudo «Iberian Expansion and the Fortune of Indian Plants in the West» in *Indo-Portuguese Encounters — Journeys in Science, Technology and Culture*, edited by Lotika Varadarajan, 2 vols., Indian National Science Academy, Nova Delhi / Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa / Aryan Books International, Nova Delhi, 2006, vol. I, pp. 153–273.



Na cartografia a ilha aparece representada a SO do Cabo Clear na Irlanda a partir dos mapas de Dalorto (1325) e Dulcert (1339), e mais tarde em diversíssimas outras localizações, inclusive a meio do Índico<sup>101</sup>.

Quanto a *Punta Faro*, em que Barreto vislumbra um eco da actual capital algarvia: exatamente ao contrário do que afirma, a *Punta Faro* na Colômbia não é mencionada nos textos colombinos nem nas crónicas coevas, nem o podia ser, pois, como vimos já, Colombo jamais lá passou; é portanto necessariamente topónimo posterior. Pelo contrário, a *Punta del Farol*, na extremidade oriental da Jamaica, que Barreto julga topónimo recente, é referida tanto por Fernando Colón<sup>102</sup> como por Frei Bartolomeu de las Casas<sup>103</sup>. Não existia por certo ali nenhum farol, mas deve ter parecido ao Almirante que ali se deveria erguer um, por ser o ponto mais saliente da ilha.

Quanto à *Punta de la Galea* ou *Cabo de la Galera*, na Trinidad, tampouco tem algo a ver com a *Pedra da Galé* descoberta pelos portugueses na costa saariana, nem com a ilha açoriana de S. Miguel, como quer Barreto, pois, como explicam tanto Fernando Colón<sup>104</sup> como Las Casas<sup>105</sup>, o Almirante deu-lhe esse nome *por una peña grande que tenía, que de lejos parecía galera que iba a la vela*. Terá talvez razão Barreto ao afirmar que existe outra ponta do mesmo nome na costa colombiana, mas a verdade é que não achamos dela menção na documentação coeva de Colombo. Seja como for há lugares homónimos em Espanha, na costa catalã e na província de Granada, nas ilhas de Salomão e nas ilhas de Mindoro e Mindanao nas Filipinas, sem que quem assim os denominou tivesse algo a ver com Portugal nem com a ilha de S. Miguel, de que um suposto tio do Almirante era donatário.

Tampouco o nome de *Puerto Santo* dado a uma angra da costa cubana parece ter a ver com a ilha portuguesa de que era senhor o sogro de Colombo: este entrou nela a 1 de dezembro de 1492<sup>106</sup>, após três dias de mau tempo que o haviam impedido de prosseguir viagem, e deu-lhe certamente tal nome porque, como reza o *Diário*, *aí no puede hacer daño alguno cualquiera tormenta ni viento a las naos que en él estuvieren y es muy hondo y limpio*.

Chegamos assim à conclusão de que nem um só nome há na toponímia colombina da América que claramente aponte para uma origem portuguesa do descobridor, e ainda menos para uma localização no Alentejo do seu *habitat* primitivo.

<sup>101</sup> Podem ver-se mais detalhes no nosso estudo incluso no volume explicativo da edição fac-similada do *Atlas Vallard*, Barcelona, Moleiro Editor, 2010.

<sup>102</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. lix.

<sup>103</sup> LAS CASAS, op. cit., I, xcvi.

<sup>104</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. lxxviii.

<sup>105</sup> LAS CASAS, op. cit., I, cxxxii.

<sup>106</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d.; LAS CASAS, op. cit., I, xlix.

## Colombo ou Colón?

Outro ponto sobre que Mascarenhas Barreto faz finca-pé é o sobrenome do Almirante, que segundo ele jamais se teria chamado *Colombo*, mas, como assinava em Espanha, *Colón*. Colombo seria uma invenção dos *genovistas* — que trata como uma espécie de seita ou de partido político, senão como uma maçonaria, a que teriam pertencido no século xv os escribas dos inúmeros documentos que o dizem genovês, na centúria seguinte Rui de Pina, Garcia de Resende, João de Barros, Frei Bartolomeu de las Casas, D. Hernando Colón e muitos outros mais, e em nossos dias todos os que não embarcam nos devaneios que referimos ao começo.

Ora tudo leva a crer que na época em que viveu em Portugal o futuro descobridor da América ainda se denominava *Colombo*; é certamente por isso que ambos os cronistas de D. João II, Rui de Pina (que por sinal foi um dos negociadores de Tordesilhas)<sup>107</sup> e Garcia de Resende<sup>108</sup> o chamam assim. Há que notar que não se conhecem documentos originais por ele firmados durante a sua estada em Portugal, e que dos que firmou em Espanha nenhum é assinado com o seu nome em vernáculo: ou assina *el Almirante* ou com o seu nome em latim, *XpoFERENS*, incluso no anagrama de que falaremos mais abaixo. Segundo seu filho, foi ao mudar-se para Castela que modificou ligeiramente o nome: «conforme a pátria onde foi a morar e a começar novo estado» se chamou *Colón*, «para distinguir aqueles que dele procederam dos outros que eram seus colaterais»<sup>109</sup>. E, de facto, soube manter as distâncias, pois, na documentação da época, seus primos João e André Colombo jamais recebem nem o título de *don* nem o apelido de *Colón*, continuando sempre a ser designados pelo seu sobrenome italiano. Segundo Hernando Colón apesar de ter mudado de apelido, seu pai não deixou, porém, de continuar a merecer o nome de *Colombo*:

[...] diremo che veramente fu colombo, in quanto portò la grazia dello Spirito Santo a quel novo mondo che egli scoprì, mostrando, secondo che nel battesimo di San Giovanni Battista lo Spirito Santo in figura di colomba mostrò qual era il figliuolo diletto di Dio che ivi non si conosceva [...]

Parece, contudo, que, pelo menos em boca alheia, a substituição de *Colombo* por *Colón* se não produziu instantaneamente, pois acham-se na documentação formas intermédias: numa relação de pagamentos feitos por

<sup>107</sup> *Crónica del Rei D. João II*, cap. lxvi, in *Crónicas de Rui de Pina (D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, Porto, Lello & Irmão Ed., 1977.

<sup>108</sup> G. de RESENDE, op. cit., cap. clxv.

<sup>109</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. I.

ordem dos Reis Católicos entre 1485 e 1489, conservada no Archivo Real de Simancas, o futuro descobridor é por quatro vezes designado por *Colomo*:

En dicho día [5 de Maio de 1487] di a Cristóbal Colomo, extranjero, tres mil maravedís, que está aquí haciendo algunas cosas complideras al servicio de Sus Altezas, por cédula de Alonso de Quintanilla con mandamiento del obispo [de Plasencia].

A mesma forma ocorre no registo dos pagamentos feitos a 27 de agosto, a 15 de outubro de 1487 e a 16 de junho de 1488<sup>110</sup>. Esta forma, acomodada à tendência do castelhano para reduzir a *-m-* o grupo *-mb-* intervocálico — como em *lomo*, «lombo», do latim *lumbum*, *plomo*, «chumbo», do latim *plumbum*, etc. —, resulta provavelmente de seu apelido ter sido interpretado como sendo a forma masculina do nome da santa virgem e mártir designada em português por *Santa Comba* e em castelhano por *Santa Coloma*, bem presente na toponímia peninsular.

Foi provavelmente quando mudou o nome de *Colombo* para *Colón* que o Almirante tomou brasão de armas, pois, como vimos, na carta régia por que o autorizam a juntar ao seu escudo os emblemas de Castela e Leão com as cores ligeiramente modificadas, os Reis Católicos referem *las armas vuestras que solíades tener*. Ora, não consta que em Génova as tivesse já; e modernamente os Colombos de Módena usam um escudo diferente, embora com as mesmas cores (azul e ouro), dispostas diferentemente.

Seja como for, em Itália o descobridor e seus propínquos continuavam a ser conhecidos por Colombos. A 25 de abril de 1493, pouco mais de um mês após o regresso do Almirante da sua primeira viagem, anotava no seu diário Allegretto Allegretti, de Sena<sup>111</sup>:

Quest'anno il re di Spagna à trovato molte isole di nuovo, cioè in Canaria, oltra alle colonne d'Ercole, nelle quali il suo capitano Cristoforo Colombo, capitano delle galere, hà trovato di varie generationi d'huomini com diversi costumi; e a trovato isole com oro [...]

A notícia fora trazida para Itália por Francesco Marchesio e Gioan' Antonio Grimaldo, embaixadores de Génova que haviam ido a assinar um tratado de paz com os reis de Espanha<sup>112</sup>. Poucos meses depois publicava Giuliano Dati, de Florença, um poemeto de 68 estrofes em oitava rima sobre o descobrimento do Novo Mundo — versão poética da carta de Colombo a Luís de

<sup>110</sup> M. F. de NAVARRETE, op. cit., vol. I, doc. II, p. 301.

<sup>111</sup> *Diari Senesi*, Archivio di Stato in Siena, cod. 25, c. 27; in A. SALVAGNINI, op. cit., p. III, vol. II, doc. iii.

<sup>112</sup> A. GIUSTINIANI, op. e loc. cit. supra.

Santángel, de que voltaremos a falar — que parece ter tido bastante sucesso, pois no espaço de dois anos conheceu quatro edições: duas em Roma, em junho e outubro de 1493, e outras duas em Florença, em outubro de 1493 e outubro de 1495. Reza assim a sua 14.<sup>a</sup> estrofe<sup>113</sup>:

Or vo' tornare al mio primo trattato,  
delle isole trovate, igniote a te,  
in quest'anno presente, questo 'e stato  
del mille quatrocen novantatrè;  
un ch'è Christofan Cholombo chiamato,  
ch'è stato in corte del prefato re  
à molte volte questo istimolato,  
e' re che cierchi a crescere 'l suo stato.

Também a carta de 7 de dezembro de 1502 do Magistrado de S. Jorge, em Génova, ao Almirante traz por cabeçalho *Copia di lettera scritta dal Magistrato di S. Giorgio al Colombo*<sup>114</sup>; e na sua primeira edição, de Veneza, 1571, a *Vida do Almirante* saiu com o título: *Historie del S. D. Fernando Colombo; nelle s'ha particolare et vera relatione della vita e de fatti dell'Amiraglio D. Christoforo Colombo, suo padre.*

Sabemos, igualmente, que seu irmão Giacomo ao mudar-se para Espanha — onde, por carta régia de 8 de fevereiro de 1504, registada no *Sello de Corte* do Real Arquivo de Simancas<sup>115</sup>, foi feito *natural destes nuestros reinos de Castilla e de León* — se passara a chamar Diego. A sua identidade resulta bem clara de um documento exarado em Savona em 1500, pelo qual Cristóvão e Diego são citados para responderem por uma dívida de seu pai, entretanto falecido:

[...] executioni mandari dictum instrumentum contra dictos Christophorum et Iacobum, dictum Dieghum, etc.<sup>116</sup>

Quanto ao nome de batismo *XpoFERENS*, com que sempre assina Cristóvão, cumpre dar dele uma breve explicação. Antecipando-nos a qualquer visionário que venha a descobrir na terminação *-ns* um indício de que Colombo seria nepalês, recordemos desde já que é a terminação de todos

<sup>113</sup> Transcrita in A. SALVAGNINI, op. cit., p. III, vol. II, doc. vii.

<sup>114</sup> M. F. de NAVARRETE, op. cit., vol. I, pp. 471–2.

<sup>115</sup> M. F. de NAVARRETE, op. cit., doc. cliv, p. 482.

<sup>116</sup> Citação de Savona, 8 de abril de 1500, transcrita por Salinerius, *Annotationes...*, p. 342; in A. SALVAGNINI, op. cit., p. II, vol. I, doc. lxxxviii; dado que, como seria de esperar, não compareceram, a 26 de janeiro de 1501 foram, de harmonia com o estatuto de Savona, responsabilizados os vizinhos pela dívida, correspondente à aquisição de duas terras em Legine: *ibidem*, doc. lxxxix.

os participios presentes em latim. No entanto, embora o sintagma *Christum ferens* seja correto, *Xpofereus* representa uma adaptação um tanto canhestra do étimo grego do nome, *Christophoros*, «portador de Cristo», cuja latinização mais correcta seria *Christifer*. Quanto a *Christophoros*, há que notar que em grego, de acordo com a regra que estabelece que num vocábulo composto o acento recaia sobre o elemento ativo do binómio, *Χριστοφόρος* significa de facto «portador de Cristo»<sup>117</sup> — ao passo que \**Χριστόφορος* significaria «portado por Cristo», tal como *θεόφορος*, «levado por um deus, inspirado por um deus», se opõe a *θεοφόρος*, «que leva consigo um deus, que traz o nome de um deus», distinção esta que não pode ter correspondência em latim, onde o acento resulta da quantidade das sílabas. É, evidentemente, da forma latina *Christophorus* que provém o italiano *Cristoforo*. Já a forma portuguesa *Cristóvão* e a castelhana *Cristóbal* (tal como a forma *Cristofan* do poemeto de Dati) não provêm de nenhuma delas, mas de uma variante lexical \**Χριστοφάνος*, «aquele que mostra Cristo», em latim \**Christophanus* (ainda que a forma mais normal em grego fosse \**Χριστοφάνης*). Seja como for, em qualquer das suas variadas formas, que todas são praticamente sinónimas, o nome devia ser particularmente caro a Colombo, que se julgava predestinado para apóstolo dos índios, e isso explica o simbolismo místico de que cerca a sua assinatura.

Mascarenhas Barreto invoca, como um axioma, que ninguém altera o seu próprio nome. No entanto, traduzir o nome e adaptar o sobrenome era à época prática corrente: os avós da mulher de Colombo, chamados em Itália Pallastrelli, passaram a ser em Portugal *Pero Estrelo* ou *Perestrelo*; anos mais tarde o florentino Francesco Corbinelli foi nomeado feitor de Goa por Afonso de Albuquerque como *Francisco Corvinel*, e assim passou a assinar-se; tal como Magalhães se tornou em Castela *Magallanes* e Simão da Alcáçova, outro piloto português ao serviço de Espanha, virou aí *Simón de Alcázaba*. E houve até, em tempos de D. João III, um embaixador português em França de apelido Leitão, que ao cabo de algum tempo em Paris começou a se assinar *Cochon*...

### Porquê agente secreto?

Passando ao plano da interpretação histórica e em complemento do que fica dito, é-nos lícito reflectir um pouco sobre os motivos que, supostamente, teriam levado D. João II a utilizar Colombo como agente.

<sup>117</sup> Vide G. W. H. LAMPE, D. D., *A Patristic Greek Lexikon*, [6.ª ed.], Oxford, Clarendon Press, 1982, s. v.

Há que recordar primeiramente que estava em vigor o tratado das Alcáçovas, firmado a 4 de setembro de 1479, ratificado pelos Reis Católicos em Toledo a 6 de março do ano seguinte e confirmado pelo papa Sisto IV pela bula *Æterni Regis clementia* de 21 de junho de 1481<sup>118</sup>. Por ele Portugal, ao mesmo tempo que mediante as «Terçarias de Moura»<sup>119</sup> se obrigava a não intervir em Castela, reconhecia a esta a soberania sobre as Canárias e o direito à conquista de Granada; por seu turno, o reino vizinho reconhecia a Portugal a soberania sobre os Açores, a Madeira e todas as ilhas achadas ou por achar a sul das Canárias, a navegação e comércio da costa da Guiné e o direito à conquista do reino de Fez. Portugal tinha assim o caminho aberto para chegar à Índia Oriental, o que fazia parte dos seus objetivos pelo menos desde *c.* 1470. Foi com base nesse tratado que D. João II protestou contra a viagem de Colombo, reivindicando as terras que este descobrira, uma vez que se situavam mais a sul do que as Canárias<sup>120</sup>. E em 1493 continuava a insistir nessa ideia<sup>121</sup>.

Quanto a Castela, sempre fora muito mais um estado continental do que uma potência marítima<sup>122</sup>, e é isso o que explica a atracção que exercia sobre a nobreza fundiária portuguesa, mais ou menos abertamente inclinada para, de uma forma ou de outra, se aproximar do reino comarcão, como sucedeu na guerra civil de 1319–24<sup>123</sup>, na crise de 1383–85<sup>124</sup> e na disputa pela regência à morte de D. Duarte em 1438<sup>125</sup>; e o que explica também como os Reis Católicos abriram tão facilmente mão do comércio da costa ocidental africana em troca do domínio territorial das Canárias. Se durante o conflito sucessório que estalara à morte de Henrique IV em 1475 os Castelhanos

<sup>118</sup> Carmen RADULET, «Alcáçovas, Tratado de» in Luís de Albuquerque e Francisco Contento Domingues (dir.) *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, s. v.

<sup>119</sup> Ruy d'Abreu TORRES, «Terçarias de Moura», *ibidem*, s. v.

<sup>120</sup> LAS CASAS, *op. cit.*, I, lxxiv.

<sup>121</sup> Carta de Pero Dias e Rui de Pina, embaixadores del-rei de Portugal, aos Reis Católicos, dando-lhes parte das instruções que haviam recebido de D. João II, Barcelona, 14 de agosto de 1493, in Luís Adão da FONSECA e José Manuel Ruiz ASENSIO, *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*, Valladolid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, doc. 84, pp. 132–3.

<sup>122</sup> José Ángel García de CORTÁZAR, *La época medieval*, Historia de España Alfaguara, vol. II, Madrid, Alianza Editorial — Alfaguara, 1973.

<sup>123</sup> José MATTOSO. «A Guerra Civil de 1319–1324», in *Estudos de História de Portugal*, vol. I – sécs. x–xv, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1982, pp. 163–76.

<sup>124</sup> *Idem*, «Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385», in *Estudos Medievais*, 5–6, Porto, 1984–85.

<sup>125</sup> Mais detalhes no nosso estudo, *Le Portugal et l'Afrique au xve siècle: les débuts de l'expansion*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989; versão portuguesa revista na nossa colectânea de artigos *De Ceuta a Timor*, Carnaxide, 1995, pp. 43–147.

havia tomado pretexto da guerra com Portugal para se imiscuir no comércio da Guiné, fora para aproveitar uma inesperada oportunidade de lucro e, ao mesmo tempo, de concorrência ao inimigo, e não porque Castela tivesse já gizado uma política coerente de expansão cujo horizonte ultrapassasse o Cabo Bojador. A rainha limitara-se a delegar competências no Dr. Antón Rodríguez de Lillo e no regedor Gonzalo de Coronado, para que passassem licenças aos mercadores que quisessem ir comerciar à Guiné, e a regulamentar a percepção do quinto sobre as mercadorias que resgatassem<sup>126</sup>. Nem organizou viagens de exploração nem deixou entrever qualquer interesse em utilizar aquela via para atingir um dia as Índias Orientais. E as crónicas oficiais apenas registam, entre outros episódios menores da guerra da sucessão, a partida de 35 navios dos portos da Andaluzia a comerciar na Mina em 1478, e o seu apresamento por uma armada portuguesa no ano imediato<sup>127</sup>. A documentação dos arquivos refere outros episódios, como a captura de uma caravela portuguesa por Diego de Herrera em 1477, na paragem da Serra Leoa<sup>128</sup>, mas a historiografia oficiosa, mais preocupada com o Sul de Itália, o Norte de África e as incursões turcas no Mediterrâneo, não se dá ao trabalho de os registar.

Além do mais é importante notar que a opção por Isabel, irmã do defunto rei, casada com o de Aragão, com exclusão de sua filha Joana, apoiada e desposada por D. Afonso V de Portugal, significara para Castela a vitória da estratégia mediterrânica sobre a estratégia atlântica. Unida agora a Aragão, o seu objetivo principal era, de momento, reconquistar Granada, incorporar quiçá Navarra e consolidar a união das diversas parcelas da Coroa de Aragão, inclusive o reino de Nápoles — conquistado por Afonso V de Aragão em 1442, mas ainda ameaçado pelas pretensões dos angevinos, que só viriam a ser definitivamente afastadas em 1503. Outro objetivo, sempre latente, era a extensão da Reconquista ao Magrebe, em que tanto o arcebispo de

<sup>126</sup> Ordenações de Valladolid, 19 de agosto de 1475, conservadas no Arquivo de Simancas, *Registro del Sello*, in Antonio Rumeu de ARMAS, *España en el África Atlántica*, vol. II. Documentos, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957, doc. V e VI, pp. 8 e ss.

<sup>127</sup> Hernando del PULGAR, «Crónica de los Señores Reyes Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón» in Don Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde D. Alfonso el Sabio hasta los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, vol. III, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, 1953, pp. 225–354, cap. lxxvi e lxxxviii; a «Historia de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Andrés Bernaldez» (*ibidem*, pp. 567–773) não dedica a estes acontecimentos nenhum capítulo.

<sup>128</sup> Mencionada por Florentino Pérez EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el tratado de Tordesillas*, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1948, p. 186, nota 213, de onde a reproduz António Álvaro DÓRIA, na sua recensão dessa obra publicada in *Bracara Augusta*, n.º 22, Braga, 1951.

Compostela Diego Gelmírez, em começos do século XII, como mais tarde Jaime II de Aragão (r. 1291–1327) viam o melhor caminho para a recuperação de Jerusalém, para o que em 1495 obtiveram os Reis Católicos uma bula de Alexandre VI<sup>129</sup>. Para mais, com a união de Castela e Aragão nas pessoas dos Reis Católicos, quedava eliminada a possibilidade de disputa entre as duas coroas e ultrapassado o tratado de Monteagudo (1290), que reservava a Castela a zona que vai de Ceuta ao Rio Muluya e a Aragão o resto da Barbária, do Muluya para leste<sup>130</sup>. Embora em vida de D. Isabel se não tenham dado passos nesse sentido, deram-se logo após a sua morte, com a ocupação de Marçalquibir em 1505 e a de Ourão em 1509 —, e isto a despeito das perspectivas que, graças a Colombo, se haviam já aberto a Ocidente, atraindo para o Atlântico as atenções da Coroa. Se esta estivesse, como supõem os adeptos da conspiração joanina, ansiosa por se lançar no Atlântico e alcançar o Cipango e o Cataio, por certo que não teria feito esperar Colombo seis anos, até aceitar o seu projeto de organização de uma modesta expedição de três pequenos navios, que pouco lhe há-de ter custado, já que dois deles foram armados à custa dos vizinhos de Palos de Moguer, sentenciados a servir a Coroa com duas caravelas por dois meses<sup>131</sup>, e em parte tripulados por delinquentes a quem foi suspensa a pena<sup>132</sup>. Se o comércio do Extremo Oriente fosse um dos seus objetivos prioritários, certamente que os Reis Católicos não teriam concedido tão facilmente ao aventureiro genovês as benesses que lhe outorgaram pelas *Capitulações de Santa Fé*, que faziam dele quase um semi-rei, com poderes hereditários e direito ao dízimo de toda a especiaria, metais e pedras preciosas que se trouxessem das terras que descobrisse — do que só vieram a arrepende-se depois de a empresa americana se ter revelado economicamente frutuosa. O interesse de Castela pelo Atlântico em finais do século XV foi, portanto, elícito; e foi Colombo o seu motor.

<sup>129</sup> Bula *Ineffabilis* de 13 de fevereiro de 1495, in A. R. de ARMAS, op. cit., doc. XVII, pp. 38–9.

<sup>130</sup> Julio Valdeón BARUQUE, «Las particiones medievales en los Tratados de los Reinos Hispánicos. Un posible precedente de Tordesillas», in *El Tratado de Tordesillas y su Proyección*, Seminario de Historia de América, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1973, vol. I, pp. 21–32.

<sup>131</sup> Provisão dos Reis Católicos, Granada, 30 de abril de 1492, original no Arquivo dos Duques de Verágua, cópias no *Sello de Corte* de Simancas e no Archivo General de Indias (Sevilha), *Patronato*, 295, n.º 3; publicado in M. F. de NAVARRETE, I, doc. VII, pp. 30–7.

<sup>132</sup> Provisão dos Reis Católicos, Granada, 30 de abril de 1492, mandando suspender o conhecimento dos negócios e causas criminais contra os que fossem com Cristóvão Colombo, *porque de otra manera no querrían ir com él al dicho viaje*; original no Arquivo dos Duques de Verágua, registado no *Sello de Corte* em Simancas, publicado in M. F. de NAVARRETE, vol. I, doc. ix, pp. 307–8.



Sabemos, por outro lado, que, à semelhança de seu tio e predecessor Afonso V de Aragão (r. 1516–58), Fernando, *o Católico*, sonhava com a cruzada; sabemos inclusivamente que a Beata do Barco de Ávila lhe predissera que não faleceria sem reconquistar Jerusalém, pelo que à hora da morte recusou confessar-se, convicto de que não morreria ainda daquela vez<sup>133</sup>. Seja como for, eram as possessões aragonesas no Mediterrâneo que lhe facultavam o acesso à Terra Santa, não a circum-navegação da África nem a travessia do Mar Oceano. Atrair os espanhóis para Ocidente era desviá-los do Mediterrâneo para o Atlântico, por que pouco se interessavam, e abrir caminho a que amanhã, pelas traseiras do Globo, viessem a interferir com os projetados interesses portugueses no Oceano Índico. Colombo prestou assim a D. João II um péssimo serviço.

Pior ainda teria sido se, quando, durante o longo compasso de espera entre a sua ida para Castela e a aceitação do seu projeto, mandou seu irmão Bartolomeu a oferecer os seus préstimos aos reis de Inglaterra e de França, que não tinham com Portugal qualquer acordo semelhante ao tratado das Alcáçovas, algum deles os tivesse aceitado...

Não contente com tudo isto, em documento conhecido por *Memorial de la Mejorada*, datável de julho de 1497, Colombo forneceu aos Reis Católicos uma série de argumentos para que protestassem contra o envio de Vasco da Gama à Índia, insistindo em que, quer pelas bulas de Alexandre VI, quer pela letra do Tratado de Tordesilhas, o limite oriental da zona de expansão reservada a Portugal era o Cabo da Boa Esperança. A Portugal não caberia, pois, mais do que a costa ocidental africana e os arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde<sup>134</sup>. Não se pode, pois, imaginar da parte de Colombo melhor serviço prestado à Coroa portuguesa...

Por outro lado, no plano jurídico a posição de Portugal no Atlântico estava consolidada, graças à bula *Romanus Pontifex*<sup>135</sup>, outorgada a 8 de janeiro de 1455 ao Infante D. Henrique pelo papa Nicolau V, que instaurava a favor de Portugal o regímen do *mare clausum*. Durante a guerra de 1475–79 entre Portugal e Castela, os Castelhanos desrespeitaram-na; mas o tratado das Alcáçovas viera repor o *status quo ante*. Foi a viagem de Colombo que voltou a pôr tudo em causa, provocando o que seria de esperar: nova intervenção

<sup>133</sup> Alain MILHOU, *Colón y su Mentalidad Mesianica en el ambiente franciscanista español*, Valladolid, Publicaciones de la Casa-Museo de Colon y Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983.

<sup>134</sup> C. VARELA, *op. cit.*, doc. XI, pp. 170–6.

<sup>135</sup> Publicado por Levy Maria JORDÃO (depois Visconde de Paiva Manso), *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae, Atque, Oceaniae*, 5 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1868–1879, tomo I, pp. 31–4.

do papado, desta vez a favor de Castela, tanto mais que em Roma tronava agora um papa nascido em Espanha, Alexandre VI (r. 1492–1503). A situação obrigou D. João II a recusar as bulas papais — atitude que lhe poderia ter valido a excomunhão —, exigindo negociações bilaterais. Pelo Tratado de Tordesilhas comprometeram-se ambas as partes a não recorrer mais a Roma, o que indiretamente constituía uma machadada na já enfraquecida doutrina da monarquia universal do Papa, mas não era inteiramente desprovido de riscos. Foi por isso que em 1505 D. Manuel acabou por pedir a Júlio II (r. 1503–1513) a confirmação do tratado, o que o pontífice fez pela bula *Ea quae pro bono pacis*, de 24 de janeiro do ano imediato<sup>136</sup>.

Como, em termos patéticos, sugere Mascarenhas Barreto, nos parágrafos finais da sua obra, toda a comédia de Colombo se teria representado para preparar o tratado de Tordesilhas — numa espécie de bizarro tratamento homeopático, que cria primeiro a doença, para depois a curar...

Mas ainda que assim fosse: se, como pretendem os Sherlock Holmes da história quatrocentista, fosse Colombo primo direito de D. João II, mais uma razão para este o não utilizar como espião, pois podia alguém descobrir as suas reais origens e, revelando-as, deitar tudo a perder.

Pode, todavia, perguntar-se: porque terá então recusado D. João II a oferta de Colombo, como já seu pai se mostrara indiferente à sugestão de Toscanelli, que ia no mesmo sentido? Em primeiro lugar, *por parecer al rey de Portugal ser grave cosa pedir Cristóbal Colón tan grandes mercedes, tanta dignidad y preeminencias*<sup>137</sup> — pois de facto pedia ao soberano português, e num momento em que este estava já prestes a alcançar a Índia pelo Cabo, as condições idênticas às que depois obteve dos Reis Católicos, que fariam dele capitão-donatário de todas as terras que descobrisse. Mas, além desse aspeto meramente conjuntural, havia uma série de razões geopolíticas. Há que notar, primeiramente, que o objetivo português não era exatamente atingir o Extremo Oriente nem o reino do Cataio, tão celebrado por Marco Polo, mas apoderar-se do comércio das especiarias do Malabar, muito mais aquém; e, quase certamente, intervir no Sultanado Mameluco e na Terra Santa pela via do Mar Roxo, como o dominicano inglês Guilherme Adam sugerira em 1317<sup>138</sup>. Ao contrário do que se tem já afirmado, nem sequer as Molucas faziam parte dos objetivos de D. João II, pela simples razão de que a

<sup>136</sup> *Idem, ibidem*, pp. 70–1.

<sup>137</sup> LAS CASAS, op. cit., I, xxviii.

<sup>138</sup> Achar-se-á basta cópia de pormenores sobre estes temas, inclusive a tradução da carta de Toscanelli, na nossa «Introdução» in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1.º vol., tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 15–122.

sua existência não era ainda conhecida no Ocidente: os viajantes medievais, como Ibn Battūta (1304–77) e Jourdain de Séverac (*fl.* 1321–30), imaginavam que o cravo e a noz-moscada eram produzidos em Java, onde de facto eram comercializados; e a mais antiga referência a Maluco que até nós chegou é a de uma carta de Américo Vespúcio a Lourenço de Médicis, escrita da angra de Bezequiche a 4 de Junho de 1501<sup>139</sup>, em que transmite para Florença as novas do Oriente que lhe forneceu Gaspar da Gama, que aí aguardava o retorno da Índia do resto da frota de Cabral. Por outro lado, embora antes do reinado de D. Manuel a documentação sobre o projecto expansionista português seja escassa, não há dúvidas de que comportou desde sempre uma importante vertente cruzadística, sem o que se não compreenderia a obsessão do infante D. Henrique e depois a de D. João II em aliar-se ao Preste João da Etiópia — que o Infante procurou alcançar tanto pela via do Egito como pela costa saariana e o *Príncipe Perfeito* demandou mandando subir o Gâmbia, o Senegal, o Níger e o Congo e ainda a partir da Mina. Numa tal estratégia, enrolada em torno do continente africano, o Cataio e o Cipango do viajante véneto, como o Extremo Oriente em geral, permaneciam marginais.

D. João II terá, portanto, declinado o oferecimento do azougado genovês essencialmente por razões geopolíticas. Conquanto estas sejam claras e pareçam suficientes para justificar a recusa, não é descabido discutir se o fez também por ter uma ideia mais clara do que Colombo das reais dimensões da Terra e da distância a que, por conseguinte, o Extremo Oriente quedava da costa portuguesa. Segundo João de Barros<sup>140</sup>, D. João II entregou o caso a D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, e a seus dois astrónomos judeus, Mestre Rodrigo e Mestre José Vizinho, «a quem ele commettia estas cousas da cosmografia e seus descobrimentos», e «todos houveram por vaidade as palavras de Christovão Colom, por tudo ser fundado em imaginações e cousas da Ilha Cypango de Marco Paulo». Não sabemos se entraram na discussão das veras medidas do Globo; no entanto, como em seguida veremos, parece certo que o genovês as minimizava, o que explica a dificuldade que igualmente teve em fazer acreditar em Castela o seu plano, que só veio a ser aceito na euforia subsequente à queda de Granada. Foi por isso que, entretantes, tentou oferecer os seus préstimos aos reis de Inglaterra e de França, o que, diga-se de passagem, invalida só por si a ideia de que tenha

<sup>139</sup> Traduzimo-la em português e publicámo-la, com abundantes anotações, em apêndice ao trabalho que editámos de colaboração com Carmen RADULET, *Viagens Portuguesas à Índia (1497–1513)* — *Fontes Italianas para a sua História: o Códice Riccardiano 1910 de Florença*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002, pp. 327 e ss.

<sup>140</sup> *Da Ásia*, I, iii, 11.

agido de convivência com D. João II, com o deliberado escopo de atrair os Espanhóis para ocidente.

É, no entanto, assaz difícil apresentar cifras exactas, pois, como vamos ver, o problema envolve numerosas incógnitas. Os cosmógrafos helenísticos, por um processo de triangulação das sombras, haviam já medido com razoável aproximação o perímetro do Globo, que, pela definição de metro, é de 40 000 quilómetros: Eratóstenes de Cirene (c. 276–194 A. C.) estimava-o em 252 000 estádios (de 600 pés o estádio), o que corresponde a cerca de 45 000 quilómetros; e outros autores atribuíam-lhe dimensões ainda maiores<sup>141</sup>. Na época abácida, por ordem do califa Ma'mun (r. 813–833), os geógrafos árabes, usando um processo mais simples — medir a distância entre dois pontos com um grau de diferença de latitude e multiplicar por 360 —, haviam chegado também a resultados muito próximos da realidade: al-Mas'ūdī (ca. 890–956)<sup>142</sup> aponta diversas cifras, das quais uma enferma apenas de um erro de 0,5 por cento, e por excesso: 20 160 milhas árabes (de 1995 metros), ou seja 40 219 quilómetros em vez dos 40 000 que na realidade tem. E quatro séculos volvidos Al-Dimashqī<sup>143</sup> dá valores da mesma ordem de grandeza: 6840 parassangas, ou seja, 20 253 milhas ou 40 937 quilómetros. Estes cálculos passaram ao Ocidente cristão graças à tradução latina do *موجز لالامع اوج يف باتك* (*Kitāb fī Jawāmi Ilm al-Nujūm*, «livro sobre a generalidade da ciência das estrelas»), de Alfraganus (Abū al-'Abbās Aḥmad ibn Muḥammad ibn Kathīr al-Farghānī, c. 800/805–870, um dos astrónomos de al-Ma'mun), escrito c. 833 e traduzido em latim no século XII; foi deste que os tomou o cardeal Pierre d'Ailly (1350–1420), de cuja *Imago Mundi* possuía Colombo um exemplar<sup>144</sup>. No entanto, fácil lhe era incorrer em erro, uma vez que se usavam milhas de diverso comprimento, desde a antiga milha romana de 1477,5 metros à milha sarda de 2518,5, passando pela árabe, de 1995, e pela toscana, de 1654.

Na Península Ibérica, como em França, usavam-se preferentemente as léguas; mas havia-as também de diversa grandeza, desde a légua francesa de 2000 toesas ou 3898 metros até à légua portuguesa de 6179 metros, passando pela castelhana, de 5552. Cerca de vinte anos após a partida de Colombo

<sup>141</sup> Armando CORTESÃO, *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols., Lisboa & Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1969–1970, vol. I. pp. 81 e ss.

<sup>142</sup> MAS'UDI, *Les Prairies d'Or* (ed. e trad. de Barbier de Meynard, Pavet de Courteille e Charles Pellat), 5 vols., Paris, Société Asiatique, 1962–1997, §§ 187–92 e 200.

<sup>143</sup> AL-DIMASHQĪ, *Manuel de cosmographie du Moyen Age*, trad. d' A. F. Mehren, [reimp.], New Jersey, Gorgias Press, 2008.

<sup>144</sup> Antonio Ramírez de VERGER, Juan Fernández VALVERDE e Francisco SOCAS (ed.), *Ymago Mundi y otros opúsculos (Biblioteca de Colón II)*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.

para Castela, Duarte Pacheco Pereira<sup>145</sup> fazia corresponder o grau da equinocial a 18 léguas. Tratando-se, como parece provável, de antigas léguas portuguesas, de 6179 metros, então a redondeza da Terra corresponderia a  $360 \times 18 \times 6179$  metros = 40 039 quilómetros, o que anda muito perto das medidas dadas pelos geógrafos árabes e apresenta um erro de apenas 1 por mil. A maior parte dos pilotos, porém, fazia a légua a 17,5 por grau, equivalendo, por conseguinte, o perímetro da equinocial a 38 928 quilómetros; e João de Lisboa<sup>146</sup> fazia mesmo as contas a 16,6 léguas por grau, o que daria para a circunferência do Globo apenas 36 925 quilómetros. Do lado de Castela, Martín Fernández de Enciso, na sua *Suma de Geografía* impressa em Sevilha em 1519<sup>147</sup>, atribui ao equador uma extensão de 6000 léguas, fazendo o cômputo como João de Lisboa, a 16,66 léguas o grau. Se se trata de antigas léguas castelhanas, de 5572 metros, obtém-se para a redondeza da Terra 33 432 quilómetros, o que de facto é menos ainda do que os cálculos mais modestos dos cosmógrafos portugueses; daí que Enciso cuidasse que o antimeridiano de Tordesilhas, de que se começara entretanto a falar, passaria pelo delta do Ganges, recaindo por conseguinte não só Maluco mas também Malaca na demarcação castelhana. Mas, como em Portugal, coexistiam em Espanha cálculos diferentes e léguas de diversas medidas, pelo que é demasiado arriscado tirar quaisquer conclusões.

Convém, porém, não esquecer que mesmo sem subestimar as dimensões do Globo se podia supor o Extremo Oriente mais próximo das costas europeias do que na realidade é simplesmente por se atribuir à Eurásia uma extensão maior do que a real. É o que parece suceder no globo de Martim Behaim, o mais antigo que se conhece, fabricado em Nuremberga c.1490, que prolonga o continente asiático até uma longitude correspondente à do Golfo do México e coloca o Cipango à longitude da Terra Nova. No caso do cosmógrafo florentino Paolo del Pozzo Toscanelli, não chegou até nós o mapa que desenhou; mas a conceção que parece subjazer à célebre carta que endereçou ao cónego Fernão Martins<sup>148</sup>, que o consultara a pedido de D. Afonso V, parece ser igualmente a de uma Ásia excessivamente alongada.

<sup>145</sup> *Esmeraldo de Situ Orbis*, [3.<sup>a</sup> ed.], com intr. e notas de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954.

<sup>146</sup> Jacinto Ignacio de Brito REBELLO (ed.), *Livro de Marinharia — Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa — Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos à navegação* (...), Lisboa, 1903.

<sup>147</sup> *Suma de Geografía del bachiller Martín Fernández de Enciso*, Madrid, 1948, p. 24.

<sup>148</sup> A existência do cónego Fernão Martins, que alguns haviam posto em dúvida, e as suas relações com Toscanelli foram amplamente demonstradas, sobre uma sólida base documental, pelo Pe. António Domingues de Sousa COSTA, OFM, *Cristóvão Colombo e o cónego de Lisboa Fernando Martins de Reriz, destinatário da carta de Paulo Toscanelli sobre os Descobrimientos Marítimos*, Extractum ex Antonianum 65 (1990), Roma, Pontificium Athenaeum Antonianum, 1990, pp. 188–276.

Na sua obra Toscanelli usa geralmente as milhas florentinas, de 1654 metros, calculando que  $67 \frac{2}{3}$  milhas perfazem um grau<sup>149</sup> — do que resulta para a redondeza da Terra uma medida de 40 287 quilómetros, assaz próxima da real. Ora, na sobredita carta afirma o cosmógrafo que Lisboa distaria apenas 26 espaços de 250 milhas, ou seja, 6500 milhas, da «nobilíssima cidade de Quinsay» — leitura dialetal de 京師, «a capital», binómio que em cantonês se pronuncia *keng si* e em mandarim *ching shih* (grafado *jing shi* em transcrição *pinyin*). Não resulta, todavia, claro se Toscanelli se referia à cidade assim denominada por Marco Polo, que era Hang-Chow (*Hangzhou* em transcrição *pinyin*), a 30° 20' N, à latitude das Selvagens, se à capital da China no tempo em que escrevia, que era Pequim, a 39° 54', ligeiramente mais a norte que Lisboa (38° 42'). Deixando Hang-Chow em paz e fazendo, para simplificar, as contas ao paralelo 39°, tendo presente que a medida linear do grau de longitude a uma dada latitude é igual ao produto da medida do grau de meridiano (praticamente equivalente ao do grau do equador), pelo cosseno da latitude, obtemos para essa latitude uma extensão aproximada de 52,58 milhas toscanas por grau de longitude e, por conseguinte, uma diferença de longitude entre Lisboa e Pequim de 124°, quando na realidade é de cerca de 230°. Isso colocaria a China à longitude da fronteira entre o Canadá e o Alasca, ou das ilhas Tuamotu, bem longe mesmo assim das praias da nossa Hispânia. Não admira, pois, que D. João II tenha optado pelo caminho mais curto, tanto mais que ao longo dele não perdia de vista o Preste João por cuja aliança anelava.

Cristóvão Colombo suputava o grau da equinocial em 56 milhas e dois terços<sup>150</sup>, o que apenas é correcto tratando-se das milhas árabes usadas por Alfraganus e Pierre d'Ailly. Nessa base o grau de longitude a uma latitude de 39° equivale a c. 44 milhas, pelo que as 6500 milhas de Toscanelli corresponderiam a uma diferença de longitude de cerca de 147°, ou seja: o extremo oriental da Ásia situar-se-ia *grosso modo* à longitude das ilhas de Hawai. Mas Colombo não dispunha de um processo rigoroso para determinar a longitude, a não ser nos dias em que ocorriam eclipses da Lua. Fazia, por conseguinte, como à época era normal, as contas em medidas lineares (ou milhas ou léguas marítimas de quatro milhas cada uma), com base na estimativa da distância percorrida<sup>151</sup>. Parece provável que tenha minimizado a distância entre a Ásia e a Europa indicada por Toscanelli, estimando os

<sup>149</sup> Vide Gustavo UZIELLI e Giovanni CELORIE, *La vita e i tempi di Paolo del Pozzo Toscanelli* (A. SALVAGNINI, op. cit., p. V, vol. i), Roma, 1894, pp. 410 e ss.

<sup>150</sup> LAS CASAS, op. cit., I, iii.

<sup>151</sup> *Diario del primer viaje, quotidie* de 3.VIII a 11.X.1492.

troços de caminho percorrido em milhas romanas, de 1477,5 metros, em vez de milhas árabes de 1995. A essas contas o grau da equinocial mediria apenas 82,15 quilómetros, em vez de 111,111 e, por conseguinte, a redondeza da Terra 29 576 quilómetros, em vez de 40 000, pelo que o extremo da Ásia ficaria muito mais próximo da Europa do que na realidade é. À latitude média a que navegou, c. 20°, as 6500 milhas de Toscanelli corresponderiam apenas a 84° de apartamento entre as costas da Península Ibérica e as do continente asiático, que viria então fenecer à longitude da região de Tabasco, no México — mesmo assim uns 20° a oeste das Baamas. Seja como for, contestado na sua veleidade de ter atingido a Ásia e confundido com os resultados desencontrados dos seus próprios cálculos, acabou por cair no absurdo, admitindo que a Terra não seria esférica, mas teria a forma de uma pera, mais estreita num hemisfério que no outro<sup>152</sup>.

Seu irmão Bartolomeu, que, como sabemos, era cartógrafo e, segundo Las Casas *más recatado y astuto, a lo que parecía, y de menos simplicidade que Cristóbal Colón*<sup>153</sup>, parece ter resolvido o problema de forma mais racional. Fora por seu intermédio que c. 1487, Cristóvão, descorçoado com a indiferença tanto de D. João II como dos Reis Católicos para com o seu *ovo de Colombo*, oferecera a sua ideia aos reis de Inglaterra e de França. Sabe-se que em 1488 Bartolomeu estava em Londres, onde desenhou um mapa-múndi com uma estrofe latina, datado assim: *Ianua cui patria est, nomen cui Bartholomeus / Columbus de Terrarubra opus edidit istud / Londonys anno Domini 1480 atque insuper anno / octavo, decimaque die cum tertia mensis / Februarii. Laudes Christi cantentur abunde*, «um, cuja pátria é Génova e cujo nome é Bartolomeu Colombo, de Terra Rubra, produziu esta obra em Londres, no oitavo ano por cima do ano do Senhor 1480, no décimo terceiro dia do mês de fevereiro; louvores a Cristo se cantem avonde!»<sup>154</sup>. Tanto quanto sabemos, esse mapa não chegou até nós. Embora nenhum dos soberanos contactados tenha aceite apadrinhar o projecto colombino, Bartolomeu permaneceu até 1493 ao serviço da corte francesa como cartógrafo, juntando-se então a seu irmão no Novo Mundo. Foi provavelmente em 1503, no decurso de uma visita que fez a Roma, que desenhou novos mapas, em que, combinando habilmente as informações recentes, hauridas das explorações portuguesas, com a geografia helenística, resolvia graficamente o enigma das Índias Ocidentais, sem ter de recorrer ao argumento da terra piriforme: a uma Índia triangular acompanhada de uma ilha de Ceilão de dimensões razoáveis, sacada da

<sup>152</sup> «Relación del Tercer Viaje», C. VARELA, op. cit., pp. 213 e ss.; LAS CASAS, op. cit., I, cxl.

<sup>153</sup> LAS CASAS, op. cit., I, xxix.

<sup>154</sup> H. COLÓN, op. cit., cap. XI; LAS CASAS, op. cit., I, xxix. Cf. *RC*, p. II, vol. i, p. 62.

cartografia portuguesa, juntou uma Índia tirada de Ptolomeu, praticamente desprovida de parte peninsular e acompanhada de uma Taprobana enorme, cortada pelo Equador; e a uma Península Indochinesa inspirado nos planisférios de Cantino e de Cavério, uma segunda, de tipo ptolomaico, que se prolongava até ao Brasil. O resultado era uma Ásia extremamente alongada, que apenas ia morrer nas Antilhas e na América meridional. Os três esboços que lhe são atribuídos, conservados em Florença, num dos quatro códices de informações geográficas compilados por Alessandro Zorzi<sup>155</sup>, são com toda a probabilidade cópias dos que, conforme este explica no memorando que os acompanha, Bartolomeu entregou a frei Jerónimo, da ordem dos cônegos regulares de S. João de Latrão, que, por seu turno, os comunicou ao erudito veneziano<sup>156</sup>. Seja como for, correspondem perfeitamente às conceções colombinas. Essa representação conheceu uma certa difusão, servindo nomeadamente de protótipo ao mapa-múndi de Francesco Rosselli, impresso em Florença c. 1508<sup>157</sup>, e aos que dele derivam, como a carta ptolomaica corrigida de Bernardo Sylvanus, estampada em Veneza em 1511<sup>158</sup> e a carta em projeção cordiforme do mesmo autor, lugar e ano<sup>159</sup>.

Quanto a D. João II, é muito provável que entrevisse a existência de terras emersas entrepostas entre a Ásia e a Europa, pelo menos no Atlântico sul. É o próprio Colombo quem no-lo declara, no *Diário* da sua terceira viagem: após ter mandado parte da frota cruzar o Atlântico à latitude das Canárias, como fizera nas viagens precedentes, prosseguiu com os demais navios até Cabo Verde e fez a partir daí a travessia, *para ver cuál era la intención del rey don Juan de Portugal que dezía que al austro avía tierra firme, y por esto dize que tuvo diferencia com los reyes de Castilla*<sup>160</sup>. Já numa carta de 5 de setembro de 1493 ao Almirante, os Reis Católicos diziam aproximadamente o mesmo:

[...] después de la venida de los portugueses, en la plática que con ellos se há habido, algunos quieren decir que lo que está en medio desde la punta que llaman de Buena Esperanza [...] fasta la raya que vos dijistes que debía venir en la bula del Papa, piensan que podrá haber islas y aún tierra firme [...]<sup>161</sup>

<sup>155</sup> Biblioteca Nazionale, Florença, Classe 13, cod. 81, fls. 56v, 57r e 60; os outros três volumes da recolha de Zorzi (cod. 80, 83 e 84) não contêm mapas.

<sup>156</sup> Vide John BIGELOW, «The So-Called Bartholomew Columbus Map of 1506», *Geographical Review*, vol. 25, n.º 4, American Geographical Society, Out. de 1935, pp. 643–56, com um fac-símile do texto de Zorzi com os três esboços.

<sup>157</sup> Rodney W. SHIRLEY, *The Mapping of the World — Early Printed World Maps 1472–1700*, Londres, The Holland Press Ltd, 1987, mapas n.º 28 e 29.

<sup>158</sup> *Ibidem*, mapa n.º 31.

<sup>159</sup> *Ibidem*, mapa n.º 32.

<sup>160</sup> «Relación del Tercer Viaje», C. VARELA, op. cit., p. 223.

<sup>161</sup> M. F. de NAVARRETE, op. cit., vol. I, pp. 364–5.



Além disso, é natural que, graças a viagens mal documentadas, feitas a partir dos Açores, ou a outros indícios<sup>162</sup>, D. João II suspeitasse também da existência de terras entre a Europa e a Ásia no hemisfério norte. Isso não contribuiria para que crescesse na viabilidade do projecto colombino. Não se torna portanto necessário atribuir-lhe segundas intenções na recusa que opôs ao oferecimento do genovês.

É muito provável que Colombo se tenha refugiado em Castela para fugir à justiça portuguesa, fosse por algum crime fosse simplesmente por dívidas. Os seus contactos com os Reis Católicos parecem, contudo, ter inquietado o monarca português, que, aparentemente em resposta a uma missiva daquele pedindo licença para vir a Portugal, quiçá para pagar as dívidas que tivesse, lhe escreveu uma carta extremamente amistosa, oferecendo-lhe salvo-conduto para que pudesse entrar em seus reinos, ainda que neles tivesse praticado alguma malfeitoria por que tivesse de responder em justiça<sup>163</sup>.

Que Colombo não agiu de acordo com D. João II resulta para mais evidente do facto, reportado por Las Casas, de, logo após a largada daquele de Palos de Moguer, este ter enviado uma armada a interceptá-lo nas paragens das Canárias<sup>164</sup> e ter dado ordens para que o prendessem em qualquer porto português em que ancorasse<sup>165</sup>.

Tem-se aduzido como prova de que o Almirante agia em conivência com o soberano português o facto de no regresso das Antilhas ter aportado a Lisboa antes de se dirigir a Sevilha. De facto, houve desde logo quem procurasse disfarçar o que poderia ser tomado por um enorme deslize diplomático: a primeira notícia do descobrimento da América a ser divulgada pela imprensa — uma carta de Colombo a Luís de Santángel, *escribano de ración* dos Reis Católicos, escrita a 15 de fevereiro entre os Açores e a costa portuguesa, e enviada de Lisboa por estafeta — aparece na versão impressa em Barcelona enganosamente datada das Canárias, onde, como é bem sabido, o Almirante não passou na viagem de regresso<sup>166</sup>. Há, porém, que ver atentamente como as cousas se passaram.

<sup>162</sup> Cf. Damião PERES, *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, antecedentes e intencionalidade*, Porto, Portucalense Ed. / Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1949.

<sup>163</sup> Carta de D. João II, Avis, 20 de março de 1488, original no arquivo dos duques de Verágua, M. F. de NAVARRETE, op. cit., doc. III, p. 302.

<sup>164</sup> LAS CASAS, op. cit., I, xxxvi.

<sup>165</sup> LAS CASAS, op. cit., I, lxxi.

<sup>166</sup> Impressa em castelhano em Barcelona em 1493 e de novo em Valladolid em 1497. Em versão latina teve nove edições em vários pontos da Europa nos anos 1493–94. Cf. D. Demetrio Ramos PÉREZ, *La primera noticia de América*, Cuadernos Colombinos, XIV, Valladolid, Publicaciones de la Casa-Museo de Colón / Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1986. Quedamos grato à memória do sábio Almirante Max Justo Guedes, diretor do Serviço de Documentação da Marinha Brasileira, que teve a gentileza de nos esclarecer amplamente sobre aquela datação anómala, que nos fazia espécie.

Colombo era um bom navegador e conhecia bem o sistema de ventos do Atlântico — sem o que não teria tido sucesso no seu descobrimento logo à primeira tentativa. Por isso fez à ida caminho pelas Canárias, de modo a aproveitar-se dos alísios de nordeste, e à vinda caminho pelos Açores, para poder servir-se dos ventos de oeste em direção às costas europeias — rota de que se continuou a usar durante três séculos, tanto quanto durou a navegação à vela. A primeira terra do Velho Mundo que no regresso avistou foi assim a ilha de Santa Maria, nas circunstâncias fortuitas que o *Diario del Primer Viaje*<sup>167</sup> regista:

Después del sol salido, vieron tierra; parecíales por proa al Lesnordeste; algunos dezían que era la isla de la Madera, otros que era la roca de Sintra en Portugal, junto a Lisboa [...]. El almirante, por su navegación se hallava estar con las islas de los Açores y creía que aquella era una d'ellas.

Em Santa Maria chegou a ser preso pelo capitão da ilha em exercício, João de Castanheda, que afirmou fazê-lo por mando d'El-Rei<sup>168</sup> — o que corresponde exactamente à ordem de D. João II para que o prendessem em qualquer porto português em que fundeasse, referida por Las Casas, como há pouco vimos. Finalmente solto entre ameaças de parte a parte, viu-se em seguida a braços com uma série de tormentas, que o levaram a tentar, em vão, refugiar-se em S. Miguel, após o que, sempre com mau tempo, como é frequente suceder em março, rumou a oriente. Então, na noite do dia 4,

[...] padecieron terrible tormenta, que se pensaron perder de las mares de dos partes que venían y los ventos, que parecía que levantavan la caravela en los aires y agua del cielo y relámpagos de muchas partes; plugo a Nuestro Señor de lo sostener y anduvo así hasta la primera guardia, que Nuestro Señor le mostró tierra viéndola los marineros [...]; y así los guardó Dios hasta el día, que diz que fue con infinito trabajo y espanto. Venido el día, cognoscíó la tierra, que era la Roca de Sintra, qu'es junto com el río de Lisboa, adonde determinó entrar porque no podía hacer otra cosa, tan terrible era la tormenta que hazía en la villa de Cascaes que es a la entrada del río<sup>169</sup>.

Em julho de 1497, no chamado *Memorial de la Mejorada*, Colombo voltava a insistir na mesma explicação da sua arribada a Lisboa, que podia ser vista em Castela como uma desfeita para com os Reis Católicos, seus patronos:

[...] y después [do descobrimento das Antilhas, de que se falou até aí], bolviendo a España a los dichos Rey y Reina com su vitoria, vino forçado de muy grave tormenta al puerto de la cibdad de Lisboa [...]

<sup>167</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d. 10 de fevereiro de 1493.

<sup>168</sup> *Ibidem*, s. d. 18 de novembro de 1493.

<sup>169</sup> *Ibidem*, s. d. 4 de março de 1493.

[...] al tiempo que qu'el dicho Almirante de los dichos Rey e Reina vino de descubrir las dichas Indias y llegó al dicho puerto de Liboa forçado de tormenta, como dicho és [...] <sup>170</sup>

Não foi, pois, propositadamente que Colombo escalou Lisboa no seu regresso da América. Nem foi *sponte sua* que se apresentou perante D. João II: as autoridades locais participaram a El-Rei a sua chegada, após o que este, por intermédio de D. Martim de Noronha, o mandou chamar à sua presença, o que, no dizer de João de Barros<sup>171</sup>,

ele fez de boa vontade, não tanto pera aprazer a El-Rei quanto por o magoar com sua vista [...], e isto com uma soltura de palavras, acusando e repreendendo a El-Rei em não acceptar sua oferta [...]

Essa atitude indignou a corte, e logo houve quem se oferecesse para o matar incontinente, porque

com sua morte o prosseguimento desta empresa, acerca dos Reis de Castela, por falecimento do descobridor cessaria; e que se poderia fazer sem sospeita, de seu consentimento e mandado, porquanto por ele seer descortês e alvoroçado podiam com ele travar por maneira que cada um destes seus defectos parecesse a verdadeira causa de sua morte<sup>172</sup>.

Não o consentiu El-Rei, «por ser príncipe mui temente a Deos»; mas foi-se de Vale do Paraíso, onde se encontrava, a Torres Vedras, para aí reunir o seu conselho. Nele se decidiu armar contra Castela uma grande armada, cujo comando foi confiado a D. Francisco de Almeida, futuro vice-rei da Índia. Estava esta já prestes quando os Reis Católicos enviaram a Portugal um mensageiro propondo que se suspendessem as hostilidades «até se ver per direito em cujos mares e conquista o dito descobrimento cabia»<sup>173</sup> — o que deu lugar às negociações que culminariam no ano imediato com o tratado de Tordesilhas.

## Conclusão

É verdade que na história de Colombo subsistem alguns pontos obscuros que podem suscitar interpretações desencontradas; mas não chegam para pôr em causa as grandes linhas da sua biografia.

<sup>170</sup> C. VARELA, op. cit., doc. XI, pp. 170 e ss.

<sup>171</sup> João de BARROS, op. cit., I, iii, 11.

<sup>172</sup> Rui de PINA, *Chronica d'El-Rey D. João II*, cap. lxvi.

<sup>173</sup> *Idem, ibidem*; Garcia de RESENDE, op. cit., 1994, cap. clxv, ainda que por outras palavras, diz exatamente o mesmo.

Tem-se insistido em particular sobre o aspecto linguístico, aduzindo em especial o facto de não só a seu irmão Bartolomeu<sup>174</sup>, que o acompanhou nas Antilhas a partir de 1494, mas também à *Banca San Giorgio* de Génova<sup>175</sup> escrever em castelhano. Não é, porém, exacto afirmar, como faz Mascarenhas Barreto, que não soubesse falar italiano, pois são redigidos nesse idioma pelo menos dois escólios que apôs ao *Livro das Profecias* e à *História Natural* de Plínio; se, de facto, parecem conter erros, é porque a língua materna de Colombo não era o italiano literário, ou seja, o toscano, mas o dialecto lígure falado em Génova. É também verdade que a língua de Colombo contém mais lusismos que italianismos<sup>176</sup> — com alguns dos quais, como *Y greca* em vez de *Y griega*, e *Spañola* em vez de *Española* e, num texto em latim, *totta* em vez de *tota*, topámos nós acima. De qualquer modo, se pensarmos que passou cerca de dez anos em Portugal (1476–86) e que em Portugal se casou, uma vez que entre o português e o castelhano é possível a intercomunicabilidade, é muito natural que ao ir para Espanha se fizesse, pelo menos de começo, entender aí em *portinhol*. A contaminação entre línguas diferentes é tanto mais fácil quanto mais próximas sejam.

Há ainda que observar que naquele tempo as chamadas línguas nacionais não tinham ainda o estatuto que hoje têm, sobretudo em Itália, onde coexistiam três níveis linguísticos distintos<sup>177</sup>: a língua oficial, da cultura livresca e clerical e da comunicação pan-europeia, era o latim, como tivemos ocasião de ver pelos numerosos atos notariais com que topámos; a língua literária e da cultura intermédia, burguesa ou cortesã, era em toda a Península Itálica o toscano, em que veio a ser editada em Veneza a *Vida do Almirante*; e a língua da comunicação oral quotidiana era, como ainda hoje, o dialecto local, muito raramente utilizado na escrita. Para mais não se distinguiam claramente como línguas autónomas os diversos romances da Europa meridional: em França usava-se uma classificação baseada na maneira de dizer «sim»: *langue d'oïl* (modernamente seria *d'oui*) era o francês propriamente dito; *langue d'oc* o conjunto dos dialetos provençais; e sob a designação de *langue*

<sup>174</sup> C. VARELA, op. cit., doc. XVIII, p. 189.

<sup>175</sup> *Idem, ibidem*, doc. LXIII, pp. 314–5.

<sup>176</sup> Para mais detalhes, veja-se o estudo de J. GIL, «La lengua de los escritos colombinos», op. cit., pp. 168 e ss.

<sup>177</sup> Ocupámo-nos do problema da coexistência no mesmo espaço de vários níveis de comunicação nos nossos trabalhos «A língua portuguesa em Timor» in *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no Mundo — Actas*, Lisboa, ICALP, 1985, pp. 313–38 (reproduzido depois in *De Ceuta a Timor*, Carnaxide, Ed. Difel, 1994, pp. 637–65, e in *Babel Loro Sa'e — O problema linguístico de Timor-Leste*, Lisboa, Instituto Camões, 2002, pp. 131–54) e «De l'autre côté du monde: Langues véhiculaires et communication interethnique dans l'océan Indien à l'époque de la découverte portugaise», in Juan Carlos Estenssoro e César Itier (coord.), *Langues indiennes et empire dans l'Amérique du Sud coloniale / Lenguas indígenas e imperio en la América del Sur colonial [Mélanges de la Casa de Velázquez, nouvelle série, tome 45–1]*, Madrid, 2015, pp. 113–31.

*de si* compreendiam-se todos os falares das penínsulas Ibérica e Itálica. Nos *Autos* de Gil Vicente as personagens utilizam, misturados no mesmo diálogo, diversos falares românicos compreensíveis para o auditor, inúmeras vezes português e castelhano, e pelo menos no *Auto da Fama*, ainda arremedos de italiano e francês. E quando Vasco da Gama chegou a Calecut e ao encontro dos navios veio um mouro que falava uma mescla de castelhano e genovês, isso foi para os portugueses cousa de

tanto espanto que o ouvíamos falar e nom o críamos, que homem houvesse tam longe de Portugal que nos entendesse nossa fala<sup>178</sup>.

Não há, pois, que fazer finca-pé de pormenores linguísticos que não revestiam na época de Colombo o significado que se lhes tem procurado atribuir.

Seja como for, há três problemas distintos, que convém não misturar, como fazem Mascarenhas Barreto e seus sequazes: se Colombo nasceu em Génova, se em Portugal ou noutra parte; se era ou não filho do infante D. Fernando; e se foi ou não utilizado como espião por el-rei D. João II. A solução de um deles não implica necessariamente a dos outros dois: como vimos, já em 1928 Pestana Júnior avançava que Colombo fosse de origem portuguesa, mas não o identificava com o suposto filho de D. Fernando, senão com um tal Simão Palha; e Ferreira de Serpa supunha-o filho de D. Fernando, mas nascido em Génova. De qualquer maneira quer-nos parecer que a qualidade de bastardo ducal e primo de D. João II é dificilmente compatível com a de seu espião...

A nosso ver, qualquer das teorias emitidas para explicar os pequenos enigmas que subsistem na vida de Colombo é como a Hidra de Lerna da mitologia grega, a quem por cada cabeça que se lhe cortasse nasciam sete; de modo que o enigma, em vez de se aclarar, se torna cada vez maior.

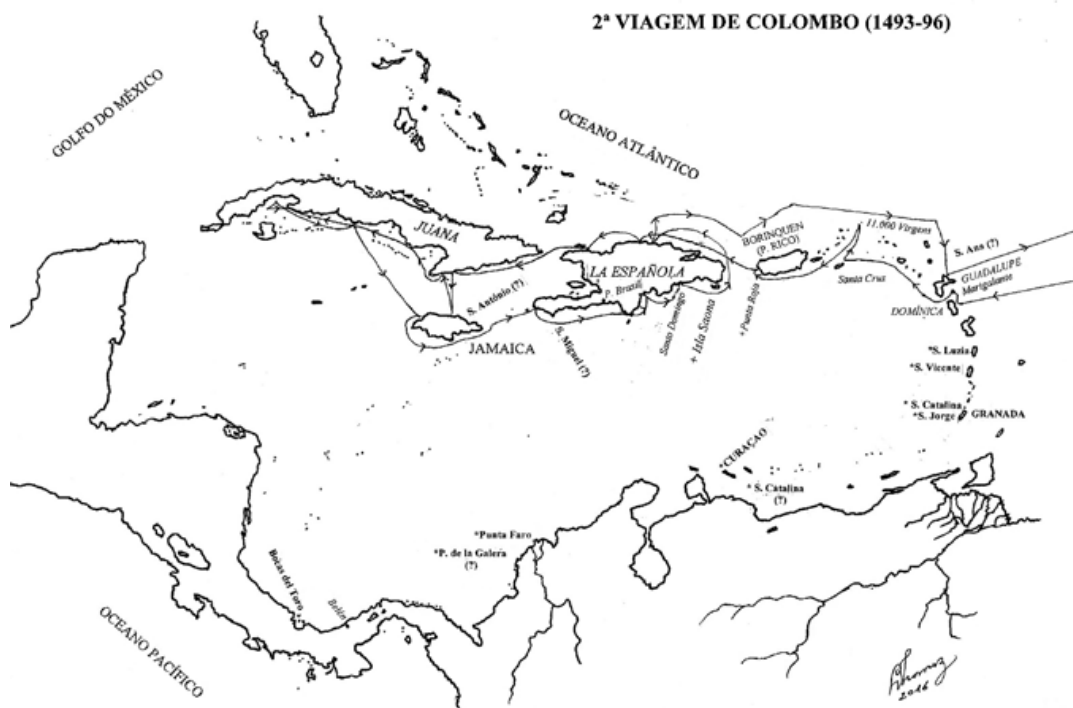
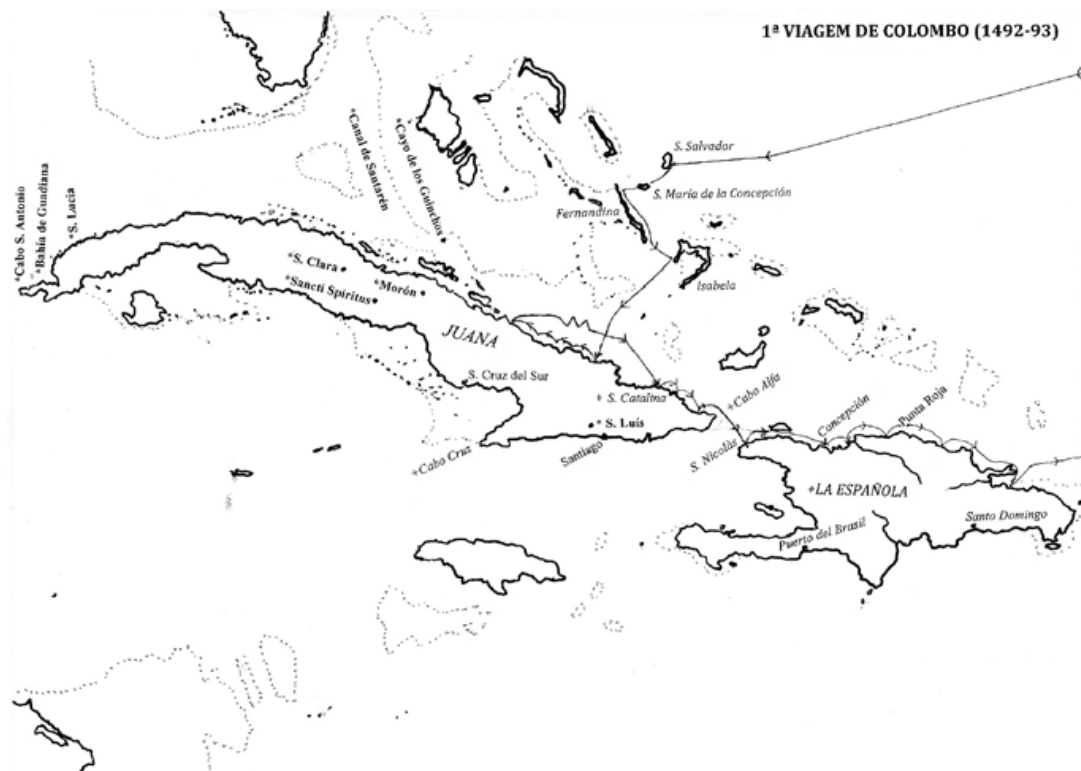
Julgamos ter mostrado claramente nas páginas precedentes que, na maior parte dos casos, as fontes coevas falam por si; inútil se torna torturá-las para que confessem o que não contêm. A história faz-se com documentos. Sem abdicar da sua crítica interna e externa, é boa norma metodológica não os perder jamais de vista: para se não fazer da história real uma farsa, nem do delírio histórico a realidade.

*Amicus Plato, sed magis amica veritas.* Para satisfazer o orgulho nacional, basta o pensamento lapidar de Carlos Malheiro Dias com que abrimos este artigo.

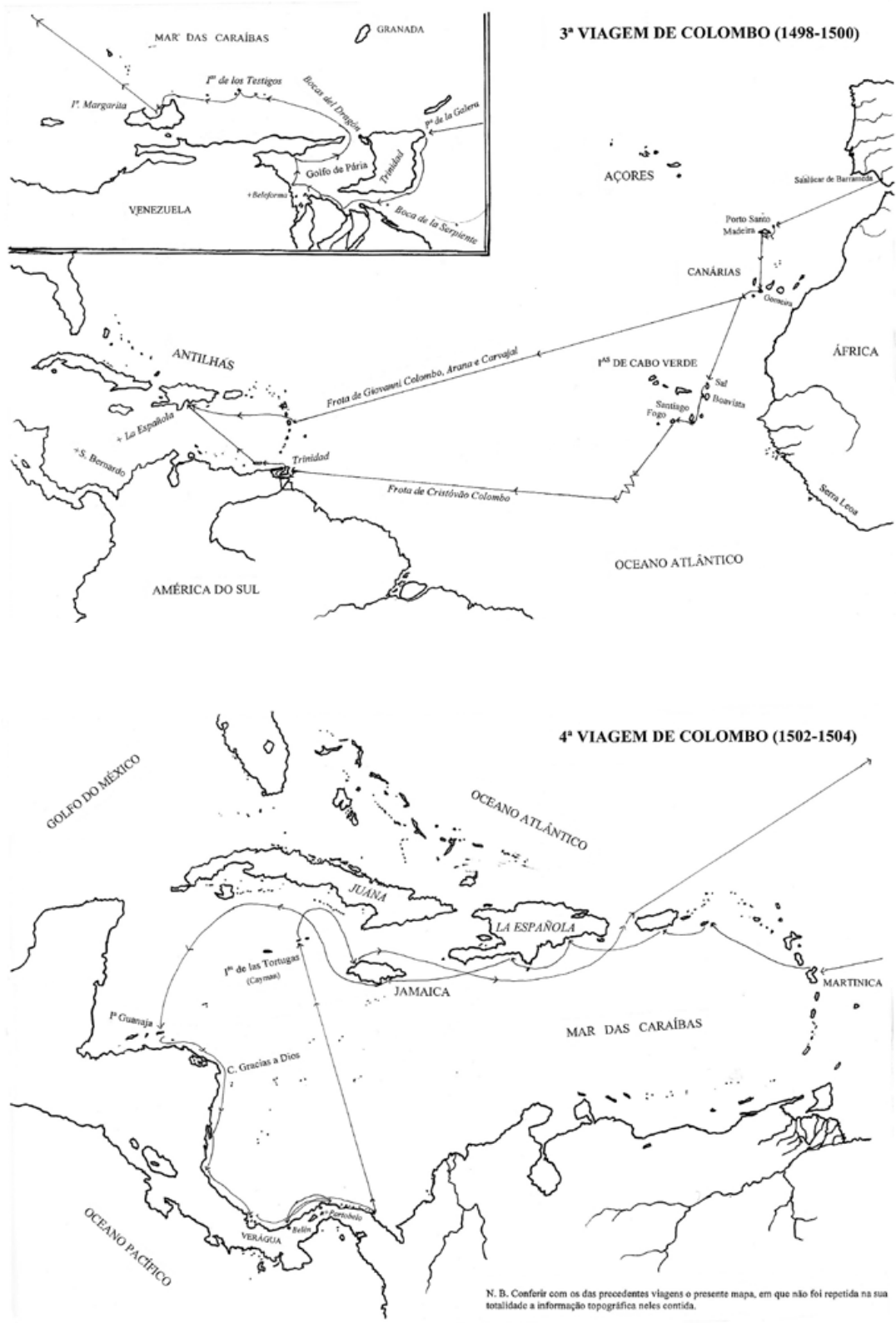
---

<sup>178</sup> Fl. 37 do ms. da Biblioteca Municipal do Porto: *vide* Damião PERES, António BAIÃO e A. de Magalhães BASTO (ed.), *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, fac-símile do códice original transcrição e versão em grafia actualizada, 2 vols., Porto, Livraria Civilização, 1945.

1 Itinerários de Colombo nas suas quatro viagens.  
A toponímia supostamente portuguesa das Antilhas



N. B. Os topónimos marcados com um ponto de interrogação não se encontram nos mapas nos lugares que Mascarenhas Barreto lhes assina.



O traço mais grosso indica as linhas de costa; o traço mais fino a rota de Colombo em cada uma das suas quatro viagens; as linhas a ponteados o limite dos bancos de fraca profundidade, onde é impossível ou arriscado navegar, bastas vezes coincidentes com fiadas de *cayos* (ilhotas rasas de areia, mais ou menos cobertas de vegetação).

Quanto aos topónimos:

— os nomes em **negrito** precedidos de um asterisco (\*) correspondem aos lugares cujos nomes não podem de modo algum ter sido atribuídos por Colombo, ou por se situarem no centro de Cuba, onde o Almirante por muito exímio navegador que fosse jamais poderia ter chegado em caravela, ou por se situarem ao longo de costas que ele nunca percorreu (caso do NO de Cuba, da costa colombiana e de ilhas como Curaçao, S. Vicente, S. Luzia, etc.);

— os nomes em **negrito** mas sem asterisco correspondem a lugares onde o Almirante pode ter passado, mas que não são mencionados nem nos *Diários de Viagem*, nem na *Vida do Almirante* nem nas crónicas coevas e parecem portanto ter sido atribuídos posteriormente. É o caso da maioria dos topónimos de Cuba, onde no uso atual subsiste apenas um topónimo colombino, Punta de la Cruz. A razão é que, ao passo que na Espanhola a presença castelhana foi contínua, o que permitiu a preservação da toponímia de descobrimento, em Cuba há um hiato entre as explorações colombinas de 1492–94 e o início da colonização da ilha c. 1511. Assim por exemplo as cidades de Sancti Spiritus, Morón e Santa Clara não vieram a ser fundadas senão em 1514, 1525 e 1689, respetivamente;

— os nomes em *itálico*, correspondem aos lugares que podem ser homónimos de lugares de Portugal, mas de que os *Diários*, a *Vida* ou as crónicas fornecem a explicação, não tendo por conseguinte cabimento interpretá-los com réplicas de topónimos lusitanos;

— os nomes em tipo normal correspondem à toponímia neutra (tipo S. Miguel Arcanjo, S. Jorge, etc.) que tanto podem apontar para Portugal como para Génova ou para qualquer outra região da Cristandade;

— os nomes em tipo *itálico* precedidos de um sinal de + correspondem aos topónimos averiguadamente colombinos omitidos por Mascarenhas Barreto, certamente por se não coadunarem com as suas teorias, mas que houvemos por bem acrescentar, bem assim como aqueles cuja verdadeira localização lhe corrigimos.



**Fontes Impressas e Bibliografia**

- ALBUQUERQUE, Luís de, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Documenta Histórica, 1990.
- AL-DIMASHQĪ, *Manuel de cosmographie du Moyen Age*, trad. d' A. F. Mehren, [reimp.], New Jersey, Gorgias Press, 2008.
- ANGLERIA, Petrus Martyr de, *Opera – Legatio Babilonica, De Orbe Novo decades octo, Opus Epistolarum*, [reprod. fac-similada das edições de Alcalá de Henares, 1516, 1530 e 1530, respetivamente], int. Dr. Erich Woldan, Akademisch Druk- und Verlagsanstalt, Graz, Áustria, 1966; trad. castelhana: Pedro Mártir de Anglería, *Decadas del Nuevo Mundo*, Madrid, Ed. Polifemo, 1989.
- ARMAS, Antonio Rumeu de, *España en el África Atlántica*, vol. II. Documentos, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.
- BARRETO, Mascarenhas, *O Português Cristóvão Colombo, agente secreto do rei D. João II*, Amadora, Referendo, 1988.
- BARROS, João de, *Da Ásia*, I, iii, 11.
- BARUQUE, Julio Valdeón, «Las particiones medievales en los Tratados de los Reinos Hispánicos. Un posible precedente de Tordesillas», in *El Tratado de Tordesillas y su Proyección*, Seminario de Historia de América, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1973, vol. I, pp. 21–32.
- BIGELOW, John, «The So-Called Bartholomew Columbus Map of 1506», *Geographical Review*, vol. 25, n.º 4, American Geographical Society, Out. de 1935, pp. 643–56.
- BLEIBERG, Germán (dir.), *Diccionario de Historia de España*, 3 vols., Madrid, Alianza Editorial, s. v.
- COLOMBO, Don Fernando, *La vita e i viaggi do Cristoforo Colombo*, a cura di Rinaldo Caddeo, Milão, Fasani, 1945.
- COLÓN, Hernando, *Historia del Almirante*, edición de Luís Arranz, [3.ª ed.], Crónicas de América, n.º 1, Historia 16, Madrid, 1985.
- CORTÁZAR, José Ángel García de, *La época medieval*, Historia de España Alfaguara, vol. II, Madrid, Alianza Editorial — Alfaguara, 1973.
- CORTESÃO, Armando, *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols., Lisboa & Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1969–1970, vol. I. pp. 81 e ss.
- COSTA, Pe. António Domingues de Sousa OFM, *Cristóvão Colombo e o cónego de Lisboa Fernando Martins de Reriz, destinatário da carta de Paulo Toscanelli sobre os Descobrimentos Marítimos*, Extractum ex Antonianum 65 (1990), Roma, Pontificium Athenaeum Antonianum, 1990, pp. 188–276.
- «Crónica del Rei D. João II», cap. lxxvi, in Crónicas de Rui de Pina (D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II), Porto, Lello & Irmão Ed., 1977.
- DIAS, Carlos Malheiro, «Introdução» in Maria Beatriz Nizza da SILVA, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, 3 vols, Porto, 1921.
- DURO, Cesáreo Fernández, *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar*, 2.ª série, tomo 7, Madrid, Real Academia de la Historia, 1892.

- EMBED, Florentino Pérez, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el tratado de Tordesillas*, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1948.
- Esmeraldo de Situ Orbis*, [3.<sup>a</sup> ed.], com intr.. e notas de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954.
- FARIA, António Machado de (ed.), *Livro de Linhagens do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.
- FERREIRA, G. L. dos Santos e SERPA, António Ferreira de, *Salvador Gonçalves Zarco (Cristóbal Colón)*, Lisboa, 1930.
- FONSECA, Luís Adão da e ASENCIO, José Manuel Ruiz *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*, Valladolid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994.
- FRAZÃO, A. C. Amaral, *Novo Dicionário Corográfico de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes)*, Porto, Ed. Domingues Barreira, 1981.
- GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo XXIV [reimp.: Braga, ed. Carvalhos de Basto, 1992, vol. VIII].
- GIL, Juan, *Columbiana. Estudios sobre Cristóbal Colón*, 1984–2006, Santo Domingo, Academia Dominicana de la Historia, 2007.
- GIUSTINIANI, Agostino, *Annali della Repubblica di Genova*, Bolonha, Arnaldo Forni Editore, 1981 [reimp. anastática da edição de Génova, 1537, intitulada *Castigatissimi Annali con la loro copiosa tavola della Ecclesia & Illustrissima Republi. di Genoa (...)*].
- GÓMARA, Francisco López de, *Hispania Victrix — Primera y segunda parte de la Historia General de las Indias*.
- HARISSE, Henry, *Christophe Colomb — Ses origines, sa vie, ses voyages, sa famille et ses descendants*, 2 vols., Paris, 1884, vol. I.
- Historia de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Andrés Bernáldez in Don Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde D. Alfonso el Sabio hasta los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, vol. III, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, 1953, pp. 567–773).
- JIMÉNEZ, Antonio Núñez Michele da Cuneo nel nuovo mondo, Savona, Dan. Er. Ed., 1994.
- JORDÃO, Levy Maria, *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae, Atque, Oceaniae*, 5 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1868–1879, tomo I, pp. 31–4.
- LAMPE, G. W. H., D. D., *A Patristic Greek Lexikon*, [6.<sup>a</sup> ed.], Oxford, Clarendon Press, 1982, s. v.
- LAS CASAS, Fray Bartolomé de, «Historia de las Indias», in *Obras Escogidas de...*, 5 vols, ed. de Juan Pérez de Tudela Bueso e Emilio López Oto, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, 1957–58.
- MACHADO, Diogo Barbosa *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica*, 4 vols., Lisboa, 1741–1759 [reimp. Coimbra, Atlântida Editora, 1965–1967] s. v. «Manuel Carvalho de Ataíde».
- MAS'D, *Les Prairies d'Or* (ed. e trad. de Barbier de Meynard, Pavet de Courteille & Charles Pellat), 5 vols., Paris, Société Asiatique, 1962–1997.
- MATTOSO, José, «A Guerra Civil de 1319–1324», in *Estudos de História de Portugal*, vol. I — sécs. x–xv, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1982, pp. 163–76.

- MATTOSO, José, «Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385», in *Estudos Medievais*, 5–6, Porto, 1984–85.
- MILHOU, Alain, *Colón y su Mentalidad Mesianica en el ambiente franciscanista español*, Valladolid, Publicaciones de la Casa-Museo de Colón y Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983.
- MORAES, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, [Nova edição reformulada], 6 vols., Braga, Ed. de Carvalhos de Basto, 1997–98.
- MOREIRA, Domingos de A., «Oragos Paroquiais Portugueses», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000–2001, vol. III, s. v.
- MORISON, Samuel Eliot, *Cristóvão Colombo, Almirante do Mar-oceano* Lisboa,, Empresa Nacional de Publicidade, 1962.
- MURATORI, Ludovico Antonio, *Rerum Italicarum Scriptores*, tomo XXIII, Milão, 1733, de novo por Orazio Follia em Génova, 1853.
- NAVARRETE, Martín Fernández de, *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo xv*, (*Obras de D. Martín Fernández de Navarrete*, edición y estudio preliminar de D. Carlos Seco Serrano), 3 vols., Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, Ediciones Atlas, 1954–1964, vol. I, pp. 302–5.
- NUNES, Eduardo Borges, «Há Ler e Ler, 2. Mais uma assinatura falsa de Cristóvão Colombo, 3. Uma leitura mais “verdadeira” do criptograma colombino», *Separata de Brotéria*, n.º 137, 1993.
- Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, 5 vols., Coimbra, 1786 [reimp.: Mário Júlio de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes (ed.), *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984].
- OVIDIO Y VALDÉS, Gonzalo Fernández de, *Historia General y Natural de Indias*, 5 vols., ed. y estudio preliminar de Juan Pérez de Tudela Bueso, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, 1959–92.
- PERES, Damião, BAIÃO, António e BASTO, A. de Magalhães (ed.), *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, fac-símile do códice original transcrição e versão em grafia actualizada, 2 vols., Porto, Livraria Civilização, 1945.
- PERES, Damião, *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, antecedentes e intencionalidade*, Porto, Portucalense Ed./Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1949.
- PÉREZ, D. Demétrio Ramos, *La primera noticia de América*, Cuadernos Colombinos, XIV, Valladolid, Publicaciones de la Casa-Museo de Colón/Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1986.
- PESTANA JÚNIOR, D. *Cristóval Colom ou Symam Palha na História e na Cabala*, Lisboa, 1928.
- PINA, Rui de, *Chronica d'El-Rey D. João II*.
- PORTUONDO, Fernando, *El segundo viaje de descubrimiento. (Cartas de Miguel de Cúneo y Diego Álvarez Chanca)*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1977.
- PULGAR, Hernando del, «Crónica de los Señores Reyes Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón» in Don Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde D. Alfonso el Sabio hasta los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, vol. III, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, 1953, pp. 225–354.

- RADULET, Carmen «Alcáçovas, Tratado de» in Luís de Albuquerque e Francisco Contente Domingues (dir.) *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, s. v.
- REBELLO, Jacinto Ignacio de Brito (ed.), *Livro de Marinharia — Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa — Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos à navegação* (...), Lisboa, 1903.
- RESENDE, Garcia de, «Vida e Feitos del Rei D. João II», in Evelina Verdelho, *Livro das Obras de Garcia de Resende*, ed. crítica de..., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- RODRIGUES, Graça Almeida, *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, edição crítica e comentada, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais, 1977.
- SALVAGNINI, A. «Cristoforo Colombo e i corsari Colombo suoi contemporanei» in *Raccolta de documenti e studi pubblicati dalla Reale Commissione Colombiana per quarto centenario della scoperta dell'America* 14 vols., Roma, 1892–96.
- SANTA MARÍA, Pe. Carmelo Saenz de, S. I., *Obras Completas del Inca Garcilaso de la Vega*, 4 vols., Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, 1960–65.
- SHIRLEY, Rodney W., *The Mapping of the World — Early Printed World Maps 1472–1700*, Londres, The Holland Press Ltd, 1987, mapas n.º 28 e 29.
- SOUSA, D. António Caetano de, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, Lisboa, 1736 [reimp. Coimbra, Liv<sup>ra</sup> Atlântida, 1946].
- Suma de Geografía del bachiller Martín Fernández de Enciso*, Madrid, 1948, p. 24.
- TACITE, *Annales*, ed. E. Jacob, Paris, Hachette & Cie, 1917.
- THOMAZ, Luis Filipe e RADULET, Carmen, *Viagens Portuguesas à Índia (1497–1513) — Fontes Italianas para a sua História: o Códice Riccardiano 1910 de Florença*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 327 e ss.
- THOMAZ, Luis Filipe, «A língua portuguesa em Timor» in *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no Mundo — Actas*, Lisboa, ICALP, 1985, pp. 313–38.
- THOMAZ, Luis Filipe, *Le Portugal et l'Afrique au xve siècle: les débuts de l'expansion*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
- THOMAZ, Luis Filipe, «A língua portuguesa em Timor» in *De Ceuta a Timor* Carnaxide, Ed. Difel, 1994, pp. 637–65.
- THOMAZ, Luis Filipe, *De Ceuta a Timor*, Carnaxide, 1995, pp. 43–147.
- THOMAZ, Luis Filipe, «Introdução», in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1.º vol., tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 15–122.
- THOMAZ, Luis Filipe, «A língua portuguesa em Timor» in *Babel Loro Sa'e — O problema linguístico de Timor-Leste*, Lisboa, Instituto Camões, 2002, pp.131–54).
- THOMAZ, Luis Filipe, «Iberian Expansion and the Fortune of Indian Plants in the West», in *Indo-Portuguese Encounters — Journeys in Science, Technology and Culture*, edited by Lotika Varadarajan, 2 vols., Indian National Science Academy, Nova Delhi/Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa/Aryan Books International, Nova Delhi, 2006, vol. I, pp. 153–273.
- THOMAZ, Luís Filipe, *Atlas Vallard*, Barcelona, Moleiro Editor, 2010.

- THOMAZ, Luis Filipe, «De l'autre côté du monde: Langues véhiculaires et communication interethnique dans l'océan Indien à l'époque de la découverte portugaise» in Juan Carlos Estenssoro e César Itier (coord.), *Langues indiennes et empire dans l'Amérique du Sud coloniale* / *Lenguas indígenas e imperio en la América del Sur colonial* [Mélanges de la Casa de Velázquez, nouvelle série, tome 45-1], Madrid, 2015, pp. 113–31.
- TORRES, Ruy d'Abreu, «Terçarias de Moura», in Luís de Albuquerque e Francisco Contento Domingues (dir.) *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, s. v.
- ULLOA, Lluís, *Cristòfor Colom fou Català: la veritable gènesi del descobriment* Barcelona,, Llibreria Catalonia, 1927.
- VALLS, R. Carreras, *La descoberta d'America*, Reus, 1929.
- VARELA, Consuelo, *Cristóbal Colón: textos y documentos completos*, prólogo y notas de..., [2.<sup>a</sup> ed.], Alianza Editorial, 1982.
- VEDIA, Don Enrique de, *Historiadores Primitivos de Indias*, vol. I, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, 1946.
- VERGER, Antonio Ramírez de, VALVERDE, Juan Fernández e SOCAS, Francisco (ed.), *Ymago Mundi y otros opúsculos (Biblioteca de Colón II)*, Madrid, Alianza Editorial 1992.
- VERLINDEN, Charles *Christophe Colomb*, Paris, Presses Universitaires de France (Collection «Que sais-je?», n.º 1457), 1972.